Sobre o Fascismo

ERNEST MANDEL

O fascismo não é simplesmente uma nova etapa do processo pelo qual o executivo do Estado burguês se torna cada vez mais forte e independente. Não é simplesmente a «ditadura aberta do capital monopolista». É uma forma **especial** de «executivo forte» e de «ditadura aberta», caracterizada pela destruição completa de **todas** as organizações da classe operária — mesmo as mais moderadas e, sem dúvida, a própria social-democracia. O fascismo tenta impedir fisicamente **toda** a forma de auto-defesa da parte dos trabalhadores organizados, atomizando completamente estes últimos. Argumentar com o facto de que a social-democracia prepara o terreno ao fascismo para daí concluir que a social-democracia e o fascismo são aliados, e recusar toda a unidade com um para combater o outro, é cometer um erro (pág. 47-48).

EDIÇÕES ANTÍDOTO
LISBOA

E. MANDEL Sobre o Fascismo

Sobre o Fascismo

E. MANDEL

Sobre o Fascismo

E. MANDEL

SOBRE O FASCISMO

de

Ernest Mandel

Com selecção de textos

de

L. TROTSKY

1976

FICHA TÉCNICA

Título: Sobre o Fascismo, *E. Mandel*

Tradução: M. Rodrigues

EDIÇÕES ANTÍDOTO
R. da Beneficência, 121 - 1.º Dt.º

1.ª edição, Abril de 1976

Edição n.º 9

I PARTE

SOBRE O FASCISMO

de

Ernest Mandel

I

A história do fascismo é simultaneamente a história da análise teórica do fascismo. A simultaneidade de aparição de um fenómeno social e das tentativas feitas para o compreender é mais evidente no caso do fascismo do que em qualquer outro exemplo da história moderna.

Esta simultaneidade explica-se pelo facto do aparecimento súbito deste novo fenómeno parecer vir a desviar o curso da história para o «progresso». O choque sentido pelos observadores atentos foi ainda maior por esta modificação da história ser acompanhada pelo exercício da violência física directa sobre os indivíduos. Destino histórico e destino individual tornaram-se, bruscamente, numa única e mesma coisa para milhares e, mais tarde, milhões de seres humanos. Não só os partidos políticos sucumbiram, como a própria existência e sobrevivência física de importantes grupos humanos se tornou bruscamente problemática.

Compreende-se assim porque é que aqueles que eram directamente atingidos se empenharam quase imediatamente em conseguir compreender a situação em que se encontravam. A questão «o que é o fascismo?» surgiu inevitavelmente das chamas da primeira Casa do Povo que os bandos fascistas incendiaram em Itália. Durante quarenta anos (até ao período do imediato após-guerra), esta questão fascinou tanto os principais teóricos do movimento operário como a *intelligentsia* burguesa. Ainda que a pressão dos acontecimentos históricos e do «passado indómito» [1] (unmastered past) tenha diminuído um pouco nestes últimos anos, a teoria do fascismo permanece um tema obcecante das ciências políticas e da sociologia política.

Para quem sabe quanto as pretensas ciências da história são determinadas socialmente, não é de admirar que as tentativas de interpretação da maior tragédia da história europeia contemporânea contenha por vezes muito mais de ideologia partidária do que de ciência [2]. Os factos dados, indiscutíveis, da própria realidade histórica conporânea constituem material a tratar cientificamente. Cada geração de investigadores em ciências políticas e sociais herda a maior parte dos seus conceitos operatórios, por meio dos quais organizam e reorganizam este material. Estes conceitos só parcialmente são renovados e podem considerar-se, eles também, como adquiridos. Mas os conceitos operatórios e o material não determinam de modo nenhum a maneira pela qual estes instrumentos analíticos são aplicados ao material, nem os resultados a que conduz a sua aplicação. Objectivamente, por exemplo, poder-se-ia, a partir do conceito de partido burocrático criado por Robert Michels ou do de «intelligentsia vacilante» (floating intelligentsia) inventado por Mannheim, caminhar em múltiplas direcções. Mas o tratamento científico não caminha em todas estas possíveis direcções ao mesmo tempo, mas apenas numa ou algumas dentre elas. Além disso, as principais orientações da inves-

[1] O «passado indómito» está sem dúvida ligado ao facto de na Alemanha as relações sociais que tornaram possível a tomada do poder pelos fascistas continuarem a existir. É impossível ir às raízes da barbárie fascista sem pôr a nu esta relação causal. Na medida em que a dominação do capital alemão ocidental, que foi restabelecida, é uma dominação de classe, não se pode esperar da instituição escolar e universitária a denúncia das suas raízes. Enquanto o passado não puder ser (ou não for) explicado de maneira exaustiva, não pode ser «domado».

[2] As publicações mais recentes neste domínio são: o livro de Ernest Nolte com mais de 500 páginas, *Theorien ueber den Fascismus*, Kiepenheur und Witshc, Wöln--Berlin, 1967; Wolfang Abendroth, *Fascismus und Capitalismus*, Europaeische Verlagsanstalt, Frankfurt, 1967; alguns textos de August Thalheimer, Otto Bauer, Herbert Marcuse, Arthur Rosenberg e Angelo Tasca sobre a natureza do fascismo; Walter Z. Laqueur e George L. Mosse, *Internacional Fascism* — 1920-1945, Harper and Row publishers, New publishers, New York, 1966.

tigação apoia-se geralmente em concepções políticas particulares que reforçam a confiança de certas classes sociais em si próprias, ao mesmo tempo que reduzem grandemente a sua vulnerabilidade política e moral face aos ataques das classes sociais que lhes são hostis. Assim, dificilmente podemos duvidar de que estamos em presença de um caminhar funcional, isto é, que a interpretação dominante dum dado acontecimento histórico assume uma função específica nos conflitos sociais em curso [3].

Parece-nos ser, portanto, evidente, que dificilmente se pode explicar a aparição simultânea do fascismo e da análise teórica do fascismo apenas pelo facto de a realidade empírica ser de uma tão premente urgência. Os teóricos tentaram compreender a essência do fascismo não só por gostarem de sociologia ou do saber científico em geral, mas também porque partiram da hipótese, perfeitamente razoável e fácil de compreender, que quanto melhor compreendessem a natureza do fascismo, melhor o poderiam combater.

[3] Seria muito interessante, por exemplo, comparar as fases de aumento e de diminuição da popularidade da «teoria do totalitarismo» no Ocidente, com o fluxo e o refluxo da guerra fria. Encontra-se aí uma clara correlação, não só a longo prazo, mas também em curtos períodos (como, por exemplo, o período de intensificação conjuntural da guerra fria que se estendeu desde a construção do muro de Berlim até à crise de Cuba em 1962). Podem-se submeter a uma análise semelhante as teorias contrárias de «conciliação» (convergence theories).

Assim, o crescimento paralelo do fascismo e da análise teórica do fascismo implica, necessariamente, uma certa inconsequência. O fascismo deve o seu rápido crescimento durante vinte anos ao facto da sua natureza real não ter sido correctamente compreendida, ao facto de faltar aos seus adversários uma teoria científica do fascismo e ainda ao facto da teoria dominante na época ser uma teoria falsa ou incompleta.

Falamos em inconsequência porque pensamos que a vitória temporária do fascismo em Itália, na Alemanha e em Espanha, não foi o resultado de forças cegas do destino, inacessíveis à acção dos homens e das classes sociais, mas sobretudo o produto das relações económicas, políticas e ideológicas entre as classes sociais do neo-capitalismo (capitalismo tardio), que podem ser compreendidas, medidas com precisão e dominadas. Partindo da hipótese que a vitória temporária do fascismo não era inevitável nem predestinada, conclui-se que uma teoria correcta, esclarecedora deste fenómeno, teria tornado muito mais fácil a luta contra o fascismo.

A história do fascismo é portanto, ao mesmo tempo, a história da inadequação da teoria dominante sobre o fascismo. Isto não significa de modo nenhum que a teoria inadequada sobre o fascismo fosse a única. Na periferia das forças políticas organizadas com uma audiência de massa, encontrava-se uma *intelligentsia* cuja precisão na análise inspira hoje espanto e admiração. Estes teóricos compreenderam este fenómeno novo.

Bastante cedo, compreenderam o perigo que representava. Alertaram os seus contemporâneos e indicaram como vencer o monstro ameaçador. Fizeram tudo o que era possível fazer no domínio da teoria.

Mas a teoria sozinha não pode fazer a história; para obter resultados deve ganhar a adesão das massas. As burocracias que dirigiam as organizações de massa da classe operária mantiveram as massas afastadas da teoria adequada do fascismo, da estratégia e da táctica eficazes para o combater. O preço pago por estes burocratas foi uma derrota histórica e, muitas vezes, o extermínio físico. O preço pago pela humanidade foi incomparavelmente maior. Mesmo os sessenta milhões de mortos da Segunda Guerra mundial constituem apenas uma parte do tributo pago pela humanidade visto que, sob mais de um aspecto, as consequências objectivas da vitória do fascismo (especialmente na Alemanha) manifestam-se, ainda hoje, em mais de um domínio[4].

[4] As consequências para além de outras que se devem ter em conta para estabelecer este balanço, são, por exemplo, os efeitos que teve a tomada do poder por Hitler na estabilização da dominação estalinista na União Soviética e sobre os aspectos mais extremos da deformação burocrática que afectava a estrutura do Estado Soviético; ou os efeitos a longo prazo que teve a interacção do fascismo e do estalinismo sobre o desenvolvimento do movimento operário da Alemanha Ocidental e sobre as condições em que se iniciou a construção do socialismo na Europa Oriental.

Todavia, na história nada se produz em vão; todos os factos históricos têm resultados positivos a longo prazo. Apesar da teoria científica do fascismo não ter tido nas massas uma influência suficiente para barrar a marcha triunfal dos bandos fascistas nos anos trinta e princípio dos anos quarenta, ela é, ainda hoje, pertinente. Se os seus ensinamentos forem assimilados, poderá esclarecer e explicar os novos fenómenos sociais do após-guerra, preparar novos combates e evitar novas derrotas.

Não é portanto por acaso que o renascimento do marxismo criador na Alemanha Ocidental (um renascimento sobretudo estimulado pela radicalização massiva dos estudantes) tenha despertado o interesse pela teoria do fascismo. É por isso lógico que o primeiro volume das obras completas de Léon Trotsky a ser publicado na Alemanha Federal seja consagrado aos seus escritos sobre o fascismo. Porque, dentre o pequeno número de teóricos que compreenderam correctamente a essência da função do fascismo, Trotsky ocupa, indiscutivelmente, o primeiro lugar.

II

A teoria do fascismo de Trotsky é o produto do método marxista de análise da sociedade. Exprime de uma maneira clara a superioridade deste método e dos resultados da sua aplicação

em relação à plétora de teorias históricas e sociais burguesas. Esta superioridade, principalmente pelo carácter «totalizante» do método marxista, comporta dois aspectos: primeiro, a tentativa de englobar todos os aspectos da actividade social tal como estão ligados e coordenados estruturalmente uns com os outros. Em segundo lugar, o esforço em identificar, no interior deste todo, composto de relações em constante transformação, os elementos que o determinam, isto é, identificar as transformações que só se podem realizar por uma explosão violenta da estrutura social existente.

É chocante constatar a fraqueza de argumentos com que a maior parte dos especialistas burgueses se debruçam sobre a questão de saber se é o aspecto político ou económico que tem a prioridade, questão que desempenha um importante papel no debate sobre a teoria do fascismo. Com um pedantismo laborioso, tentam interpretar esta ou aquela acção do regime hitleriano, pondo questões como: «Seria isto o interesse do grande capital?» «Seria isto contrário aos desejos explícitos dos capitalistas?» Mas não põem a questão fundamental: as leis imanentes que regem o modo de produção capitalista eram realizadas ou negadas por este regime? [1]

[1] Ver, por exemplo, a discussão entre Tim Mason e Eberhard Czichon em *Das Argument*, n.º 41 e n.º 47, Dezembro de 1966 e Julho de 1968. Infelizmente os marxistas mecanicistas cometem erros semelhantes. Voltaremos mais tarde e de forma detalhada a este assunto.

A grande maioria da burguesia americana ficou apavorada quando do *New Deal* de Roosevelt; e mesmo o *Fair Deal* de Truman provocou protestos indignados contra o «socialismo crescente». Mas nenhum observador objectivo do desenvolvimento económico e social da América durante estes últimos trinta e cinco anos, negará hoje que a acumulação de capital longe de diminuir aumentou durante este período, que as grandes sociedades americanas se tornaram incomparavelmente mais ricas e mais poderosas do que o eram nos anos vinte, que a vontade, da parte de outras classes sociais (especialmente da classe operária da indústria), em pôr fim no imediato, política e socialmente, à dominação destas sociedades é mais fraca hoje do que durante e imediatamente após a Grande Depressão. Daqui se conclui inevitavelmente que Roosevelt e Truman consolidaram a dominação de classe da burguesia americana. Perante esta conclusão, considerar Truman e Roosevelt «homens de Estado anti-capitalistas» não reflecte o resultado real, final das suas acções; revela pelo contrário uma incapacidade para julgar os partidos e os governos segundo o que realmente *fazem* e não segundo o que dizem ou o que outros dizem deles.

Deve aplicar-se um método semelhante na apreciação do fascismo. Não nos parece essencial que Krupp ou Thyssen considerem com entusiasmo, reserva ou antipatia, um ou outro aspecto da dominação hitleriana. Mas é essencial determi-

nar se a ditadura de Hitler tendia a manter ou a destruir, a consolidar ou a minar as instituições sociais baseadas na propriedade privada dos meios de produção, a submissão dos trabalhadores, obrigados a vender a sua força de trabalho sob a dominação do capital. A este respeito o balanço histórico parece-nos claro. Voltaremos mais tarde a estes assunto.

Também nos parece igualmente fraco o método que separa directamente diferentes períodos da dominação hitleriana e opõe o «fascismo parcial», cuja característica principal reside no facto de o grande capital exercer directamente o seu poder sobre um importante domínio, ao «fascismo total» [2]. Um tal método pressupõe não somente uma autonomia total da direcção política, como ainda e sobretudo a autonomia da economia de guerra em relação aos interesses das classes sociais. Com efeito, cada intervenção do governo de Hitler nas esferas económicas, nas quais o poder pertencia às grandes sociedades,

[2] Ver Arthur Schweitzer, *Big Business in the Third Reich*, Indiana University Press, Bloomington, 1964. Tim Mason utiliza o mesmo conceito, energicamente rejeitado por Eberhard Czichon, Dietrich Eichholz, Kurt Gossweiler e outros. Em *Hitler's Social Revolution*, de David Schoenbaum, Weidenfeld e Nicholson, London, 1966, tem-se um exemplo típico duma tentativa burguesa para explicar o Estado nazi como uma simples estrutura do poder político na qual a economia, «tornada impotente», estaria completamente subordinada.

pode, em última análise, reduzir-se à lógica interna da economia de guerra[3].

Nunca ninguém pôde demonstrar esta completa «autonomia» por parte das camadas políticas dirigentes, o que é, aliás, impossível de demonstrar. A guerra e a economia de guerra não caíram do céu, nem foram consequências naturais da ideologia fascista. Têm as suas raízes no mecanismo preciso e específico das contradições económicas, dos conflitos imperialistas e das tendências expansionistas que correspondem aos interesses dos grupos capitalistas-monopolistas que dominavam a sociedade burguesa alemã. Além disso, a Primeira Guerra Mundial teve lugar, apesar de tudo, antes de Hitler e, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América vivem num estado de armamento permanente[4].

[3] Ver a este respeito, Franz Neumann, *Behemoth — The Structure and Practice of National-Socialism*, 1933-1944, Farrar, Straus e Giroux Inc., New York, 1963.

[4] O último capítulo de *The Accumulation of Capital* de Rosa Luxemburg, Monthly Revue Press, New York, 1964, fornece o exemplo típico de um estudo preliminar das raízes económicas do militarismo na época imperialista. Para estudos mais recentes, especialmente do imperialismo alemão e americano, ver, entre outros, Fred J. Cook, «Juggernant, The Warfare State»,*The Nation*, 20 de Outubro de 1961; Paul Baran e Paul Sweezy, *Monopoly Capital*, Monthly Review Press, New York, 1966, cap. 7; Georges F. W. Hallgarten, *Hitler, Reichswehr und Industrie*, Europaeische Verlagsanstalt, Frankfurt, 1955; Harry Magdoff, *The Age of Imperialism*, Monthly Review Press, New York, 1969.

As raízes da economia de guerra alemã estão profundamente enterradas no período pré-hitleriano [5]. Por conseguinte, não se deve considerar a economia de guerra e as suas leis de ferro como qualquer coisa oposta ao capitalismo monopolista, mas antes como o próprio produto deste capitalismo monopolista. E, quando a economia de guerra, nas suas últimas fases, começou a tomar formas que, tanto do ponto de vista da classe capitalista no seu conjunto como do ponto de vista dos capitalistas individuais, se revelaram extremamente irracionais, tais formas não eram unicamente imputáveis ao regime nazi. Exprimiam apenas, sob um aspecto mais agudo, a irracionalidade inerente ao próprio modo de produção capitalista, a combinação levada ao extremo, entre por um lado, a anarquia e a planificação e por outro, entre a socialização objectiva e apropriação privada — e a intensificação levada ao absurdo das relações sociais. Têm, finalmente, uma origem muito real e racional[6].

[5] Ver, entre outros, Wolfang Birkenfeld, *Geschichte der deutschen Wehr-und Ruestungswirtschaft,* H. Bolot, Boppard a/R, 1966, em particular uma circular do general Thomas.

[6] Utilizámos o conceito de «reprodução reduzida» (contracted reproduction) para descrever a desacumulação crescente (destruição do capital) a que conduz uma economia de guerra, uma vez que ultrapasse um certo limite. Ver Ernest Mandel, *Marxist Economic Theory,* Monthly Review Press, New York, 1968, cap. 10.

Os exemplos fornecidos pela Grã-Bretanha e, sobretudo, pelo Japão mostram que este fenómeno não existe, de modo nenhum, apenas nos Estados fascistas. O núcleo «racional» desta irracionalidade encontra-se no facto de que as guerras imperialistas — como todas as outras — são conduzidas com a intenção de serem ganhas, e, em certa medida, é compreensível que as perdas de capital sejam mais que compensadas à custa do vencido.

Assim como é incapaz de compreender a essência do fascismo isolando um elemento particular — a autonomia da direcção política ou a «primazia política» —, a ideologia burguesa mostra toda a sua fraqueza ao ser incapaz de integrar certas particularidades históricas do fascismo numa concepção total da sociedade. Para compreender a aparição do fascismo, Ernst Nolte atribui um grande valor ao conceito de «não-simultaneidade» (unsimultaneity) da história que foi primeiro desenvolvido por Ernst Bloch, isto é, a sobrevivência de velhas formas históricas na sociedade contemporânea. (Este conceito foi desenvolvido, pelo menos de uma forma rudimentar, por Labriola e Trotsky antes ou independentemente de Bloch) [7]. É certo que as ideologias de períodos históricos anteriores, pré-capitalistas, corporativos (guild) e semi-feudais, desempenham um papel não desprezível na ideologia do fascismo e na psicologia de massas de pequena burguesia em vias de perder os seus privilégios de classe, a qual constitui a base social dos movimentos de massa fascista. Mas é claro que

[7] E. Nolte, *op. cit.,* pp. 38, 54, etc.; Léon Trotsky, *What is National Socialism?*

Nolte perpetua uma interpretação falsa quando escreve: «Se o fascismo é uma expressão de «tendências militaristas e arcaicas», ele mergulha as suas raízes em qualquer coisa de único e irredutível, na natureza humana. Não é um fruto do sistema capitalista, apesar de, nesta época, só poder surgir dos fundamentos do sistema capitalista, particularmente nos momentos em que este sistema está em perigo» [8].

A única conclusão que podemos tirar da primeira frase está resumida no lugar comum que, se não houvesse «tendências agressivas» na natureza humana, não haveria acções agressivas: sem agressividade, não há agressões ou, como exprimiu o imortal Molière: «O ópio adormece os homens porque tem virtudes somníferas». Nolte não parece compreender que desta maneira de modo nenhum provou a segunda frase. Era preciso que demonstrasse que nos «bons velhos tempos», as tendências «militaristas e arcaicas» teriam podido produzir formas de governo fascista ou fascizante (fascist-like). Infelizmente, nessa época, estas «tendências» conduziram às guerras pela conquista dos mercados de escravos, às *razias* dos «povos pastores» (pastoral peoples) nas terras dos cultivadores, às guerras de cruzadas, tudo coisas que têm tanto a ver com as características principais do fascismo como uma cidade romana ou uma aldeia medieval tem a ver com uma fábrica moderna. Por conseguinte,

[8] E. Nolte, *op. cit.*, p. 21.

o carácter específico do fascismo não reside no facto de exprimir «a agressividade enraizada na natureza humana» — pois isso foi já expresso em inumeráveis movimentos históricos diferentes —, mas antes no facto de, sobre esta agressividade impor uma forma particular, social, política e militar que nunca existiu anteriormente. Em consequência, o fascismo é um produto do capitalismo monopolista e imperialista. Todas as outras tentativas para interpretar o fascismo em termos puramente psicológicos enfermam da mesma fraqueza fundamental.

A tentativa de explicar o fascismo como produto de características particulares de certos povos ou de certas raças ou, ainda, dum passado histórico particular não é também válida metodologicamente. Passa-se da psicologia individual à psicologia nacional sem explicar os factores que, num sentido muito geral, permitiram a eclosão do fascismo.

Nem o atraso histórico da Itália, nem a tradição militar prussiana da Alemanha, nem a «necessidade de disciplina» ou o «temor da liberdade» podem explicar adequadamente a ascensão e a queda brusca do fascismo entre 1920 e 1945. Estes argumentos são, além disso, muitas vezes contraditórios: enquanto que a Itália era relativamente retardatária, a Alemanha era a nação mais industrializada do continente europeu. Se a «tendência para a disciplina» era um dos traços dominantes do «carácter nacional alemão» (cuja origem se pode encontrar na abolição tardia da

escravatura na Prússia), que dizer então da Itália que se contava entre as nações mais «indisciplinadas» da Europa e que não tinha quaisquer tradições militares? Enquanto causas ou factores secundários, estes elementos desempenharam, sem nenhuma dúvida, um determinado papel e conferiram ao fascismo em cada caso particular um carácter nacional específico que correspondia às particularidades históricas do capitalismo monopolista e da pequena burguesia de cada país. Mas na medida em que se compreenda o fascismo como um fenómeno universal que não conhece nenhuma fronteira geográfica e que fez penetrar as suas raízes em *todos* os países imperialistas — onde pode amanhã reaparecer — as tentativas para explicar, sublinhando uma ou outra particularidade nacional, são totalmente inadequadas [9]. A publicação das transcrições e dos *dossiers* do processo de Nurenberg veio dar uma importância especial aos estudos detalhados em que se consideram os diferentes grupos de interesses e os sectores do grande capital que se combatem mutuamente como «pilares» muito particulares do fascismo. A maioria destes documentos vieram confirmar o que já se sabia por intuição ou por dedução teórica, ou seja, que a indústria pesada estava muito mais interessada do que a indústria ligeira na tomada do poder por Hitler e no rearmamento, que «a organização» do capital judaico não desempenhou nenhum papel importante na economia alemã [10], que o trust I. G. Farben desempenhou um papel particularmente agressivo e influente numa série de decisões económicas e financeiras do regime hitleriano, e assim por diante [11]. Mas não é propriamente necessário vasculhar um grande número de documentos para ver que, na situação particular do capitalismo alemão de 1934, os comerciantes de canhões, tanques e explosivos tiravam mais lucros do rearmamento do que os fabricantes de roupas interiores, brinquedos ou canivetes. No entanto, Nolte comete um erro típico quando

[9] Ver os ensaios de René Remond, *La Droite en France de 1815 à nos jours*, Aubier, Paris, 1963 e Jean Plumène e Raymond Lasierra, *Les Fascismes Français*, 1923-1963, Le Seuil, Paris, 1963 que defendem este ponto de vista para França, Eugen Weber, *op. cit.*, defende uma tese semelhante, pág. 105, 123, etc. Desde 1928, que Daniel Guérin evidenciou as características fundamentais comuns aos fascismos alemão e italiano, apesar das particularidades nacionais, *Fascism and Big Business*, Pioneer Publishers, New York, 1939.

[10] As poucas modificações nas relações de propriedade durante o III.º Reich depois da tomada de poder e da introdução gradual de medidas anti-semitas, provam amplamente que o «grande capital judeu» não passava duma legenda. Passa-se a mesma coisa hoje nos E. U. A. Ver, entre outros, Ferdinand Lundberg, *The Rich and the Super Rich*, Lyle Stuart, New York, 1968, pág. 297-306.

[11] A este respeito as primeiras teorias marxistas são as de Otto Bauer, *Zwischen zwen Weltkriegen?*, Eugen Prager Verlag, Bratislava, 1936, pág. 136 e Daniel Guérin, *op. cit.*, pág. 27-53. A obra de Guérin foi publicada em francês em 1938.

declara: «[...], mas quando ele [Otto Bauer] distingue diferentes sectores da classe capitalista com interesses essencialmente [?] antagónicos [a indústria dos bens de consumo dependente das exportações, onde se insere a classe pacífica dos rendeiros, que se opõe à indústria pesada, esta sim interessada nos benefícios obtidos no armamento], a distinção tradicional e vulgar entre classe dirigente e casta governante deixa de ter sentido e, em consequência, tudo o que se possa dizer do fascismo como órgão executivo do capital «enquanto tal» deixa de ter fundamento. A unidade económica assim construída em teoria, dissolve-se na multiplicidade dos seus elementos históricos, e a única questão pertinente que resta, é saber quais são os pressupostos a partir dos quais esta multiplicidade aparece como uma unidade e precisamente em que medida esta unidade pode perder a posição dominante mas não ilimitada que, sob muitos aspectos, deteve em muitos Estados da Europa durante cento e cinquenta anos [12].»

Toda a discussão gira em torno da palavra «essencialmente», e isso só pode ser esclarecido por uma análise das principais características do modo de produção capitalista. Nem a maneira como é conduzida a política estrangeira, nem a possibilidade de falar e escrever livremente sobre questões políticas ou de confiar o governo a representantes escolhidos directamente pela classe

[12] E. Nolte, *op. cit.*, pág. 54.

dominante, são «essenciais» a este modo de produção ou à sua classe dominante. Tudo isso existiu em certas épocas da história da classe burguesa, e não noutras — ou pelo menos não à mesma escala. O que é realmente essencial é a propriedade privada e a possibilidade de acumular o capital e de extrair a mais-valia.

A este respeito as estatísticas são esclarecedoras. O lucro de todas as empresas industriais e comerciais passou de 6,6 biliões de marcos em 1933 para 15 biliões de marcos em 1938. Mas enquanto que as vendas das fábricas têxteis de Bremen estagnaram e as A. E. G. (Allgemeine Elektrizität Gesellschaft) só progrediram 55 %, as da Siemens duplicaram, as das fábricas de tubos Krupp e Mannesmann triplicaram, as da Phillip Hollzmann e C.ª viram as suas vendas multiplicadas por 6 e as da Fábrica alemã de armas e munições por 10 [13]. O interesse económico colectivo da classe capitalista (que está longe de ser um puro conceito intelectual) transparece claramente nestes números. Ao mesmo tempo, no interior deste quadro de interesse colectivo, os interesses específicos surgem e afirmam-se com insistência. E a lei segundo a qual a propriedade privada capitalista provem e se desenvolve a partir da expropriação de numerosos pequenos e de alguns grandes proprietários não foi escrita no

[13] Charles Bettelheim, *L'Economie allemande sous le nazisme*, Rivière, Paris, pág. 212. Reeditado nas Edições Maspero.

tempo de Hitler, mas está enraizada na própria história deste modo de produção.

As fraquezas metodológicas de todos estes contributos (approaches) utilizados pelas teorias burguesas do fascismo são evidentes. Por não compreenderem as estruturas sociais e os modos de produção, os ideólogos burgueses são incapazes de compreender a unidade dialéctica dos elementos contraditórios da realidade do fascismo e de identificar os factores que determinam ao mesmo tempo a integração e a desintegração (a ascenção e a queda) destes elementos numa totalidade coerente.

A superioridade metodológica do marxismo reside na sua capacidade em integrar com sucesso os elementos analíticos contraditórios que reflectem uma realidade social contraditória. A adesão ao marxismo não oferece nenhuma garantia dum tal sucesso na análise e veremos neste livro, infelizmente, mais do que um exemplo. Mas a contribuição de Trotsky à teoria do fascismo mostra claramente que o marxismo torna possível uma tal análise.

III

A teoria do fascismo de Trotsky é formada por uma unidade de seis elementos; no interior desta unidade cada elemento possui uma certa autonomia e uma evolução determinada em virtude das suas contradições internas: mas a uni-

dade só pode ser compreendida como uma totalidade fechada e dinâmica na qual esses elementos, não isoladamente mas na sua intrínseca conexão recíproca, podem explicar o ascenso, a vitória e a queda da ditadura fascista.

a) O ascenso do fascismo é a expressão da grave crise social do capitalismo decadente, uma crise estrutural que pode coincidir — como nos anos 1929-1933 — com uma crise económica clássica de sobreprodução, mas que é muito mais ampla do que uma simples flutuação de conjuntura. Fundamentalmente é uma crise da reprodução do capital: é a impossibilidade de continuar uma acumulação «natural» de capital dadas as condições de concorrência no mercado mundial (isto é, com um dado nível de salários reais, de produtividade do trabalho, de disponibilidade de matérias-primas e de mercados). A função histórica da tomada do poder pelo fascismo é a alteração pela força e violência, a favor dos grupos decisivos do capital monopolista, das condições de reprodução do capital.

b) Na época do imperialismo e do movimento operário contemporâneo, historicamente desenvolvido, a burguesia exerce o seu domínio político do modo mais vantajoso, isto é, com um mínimo de custos através da democracia parlamentar burguesa. Tal forma de domínio tem duas grandes vantagens: permite por um lado, uma redução periódica das tensões sociais através da concessão de certas reformas sociais, e por outro, permite que um sector importante da burguesia

participe directa ou indirectamente no exercício do poder político através de instituições burgueses tais como partidos, universidades, organizações patronais, administrações municipais ou juntas regionais, cúpulas do aparelho de Estado, o sistema bancário central, etc.

Tal forma de domínio da grande burguesia — que historicamente não é de forma alguma a única [1] — depende da conservação dum equilíbrio instável de forças económicas e sociais; sempre que desenvolvimentos objectivos perturbam este equilíbrio, a grande burguesia para realizar os seus interesses históricos, não tem outra alternativa que não seja a tentativa de instaurar uma forma mais centralizada do poder executivo do Estado, mesmo com o risco de renunciar ao exercício directo do poder político. Do ponto de vista histórico, o fascismo é portanto ao mesmo tempo a realização e a negação das tendências inerentes

[1] A amnésia total dos ideólogos burgueses relativamente à história da sociedade burguesa não deixa de espantar. Nos dois séculos que seguiram à primeira revolução industrial, as formas que o Estado tomou sucessivamente na Europa industrial foram: monarquia aristocrática, o cesarismo plebescitário, o parlamentarismo liberal-conservador (com 10 % — e por vezes com menos de 5 % — da população com direito ao sufrágio) e autocracia declarada, e isto qualquer que seja o país cuja história política se estuda. A parte num breve período durante a Grande Revolução Francesa, a democracia parlamentar baseada no sufrágio universal tem sido praticamente sempre um produto, mas não da burguesia liberal, mas das lutas do movimento operário.

ao capital monopolista — enunciada pela primeira vez por Rudolf Hilferding — para «organizar» de um modo «totalitário», no seu interesse, todo o conjunto da vida social [2]. O fascismo é a realização de tal tendência pois que, em última análise, desempenhou essa função histórica; é a negação da própria tendência pois contrariamente às expectativas de Hilferding, o fascismo só pode exercer tal função expropriando politicamente em larga medida a burguesia [3].

c) Nas condições do capitalismo industrial monopolista contemporâneo e dada a imensa desproporção numérica entre os trabalhadores assalariados e os grandes capitalistas, uma tão grande

[2] Poder económico significa também poder político. A dominação sobre a economia fornece as rédeas para o exercício do poder de Estado. Quanto maior for o grau de concentração na esfera económica, menos será limitada a dominação do Estado. Esta integração sistemática de todos os instrumentos do poder de Estado aparece como a forma suprema do poder de Estado, e o Estado enquanto instrumento inabalável da manutenção da dominação económica... Na sua forma mais acabada, o capital financeiro é a forma suprema do poder económico e político detido pela oligarquia capitalista, acaba a ditadura dos magnates capitalistas. Rudolf Hilferding, *Das Finanzkapital*, 1909, Verlag der Weiner Volksbuchhandlung, Viena, 1923 p. 476.

[3] Por isso Hilferding nas vésperas da sua morte trágica, chegou à conclusão de que a Alemanha nazi já não era uma sociedade capitalista e que o poder se encontrava nas mãos de uma burocracia totalitária. Este erro é contemporâneo da tese de Burnham, *L'Ere des managers* (The managerial Era).

centralização do poder de Estado, que implica além disso a destruição da maior parte das conquistas do movimento operário contemporâneo (em particular de todos «os gérmens de democracia proletária no quadro da democracia burguesa, que são as organizações de massa do movimento operário», segundo a correcta definição de Trotsky), é praticamente irrealizável por meios puramente técnicos. Nem uma ditadura militar nem um Estado policial puro — para não falar de uma monarquia absoluta — têm capacidade suficiente para atomizar e desmoralizar, por um longo período, uma classe social consciente, com milhões de membros, e, desse modo, impedir o reaparecimento dos mais elementares episódios da luta de classes, episódios esses que são produzidos periodicamente pelo simples jogo das leis do mercado. Para atingir aqueles objectivos a grande burguesia tem necessidade dum movimento de massas que mobilize um grande número de indivíduos, pois só um tal movimento pode desgastar e desmoralizar os sectores mais conscientes do proletariado com o uso sistemático do terror de massas e dos combates de rua, e após a tomada do poder, destruir completamente as organizações das massas do proletariado deixando assim este não só atomizado como também desmoralizado e resignado.

Com o uso de métodos adequados, adaptados às exigências da psicologia de massas, um tal movimento de massas pode não só obter um controle permanente sobre os assalariados politicamente

conscientes, por meio de um imenso aparelho de vigilantes de prédio, polícias, e células do N. S. B. O. [4] nas fábricas, como pode mesmo influenciar ideologicamente os trabalhadores menos conscientes, particularmente os empregados, e reintegrá-los parcialmente numa colaboração de classes efectiva.

d) Um tal movimento de massas apenas pode ser construído na base da pequena-burguesia, a terceira classe social do capitalismo, que se encontra entre o proletariado e a burguesia. Se esta pequena-burguesia é atingida duramente pela crise estrutural do capitalismo decadente (inflação, falência das pequenas empresas, desemprego maciço de diplomados, técnicos e desempregados das categorias superiores), de modo a cair no desespero, surgirá, pelo menos numa parte desta classe, um movimento tipicamente pequeno-burguês feito de reminiscências ideológicas e rancor psicológico, que alia a um nacionalismo extremo e a uma demagogia anticapitalista [5] violenta, pelo menos em palavras, um profundo ódio em relação

[4] N. S. B.: Nationalsozialistische Betriebsorganization: organização do partido nazi (N. S. D. A. P.) nas fábricas.

[5] Em todo o caso trata-se sempre de uma forma *particular* de demagogia que se limita a atacar formas particulares de capitalismo («a sujeição aos usurários», os grandes armazéns, o capital «monopolizador» em oposição ao «criador», etc.). A propriedade privada enquanto tal e o domínio do patrão da fábrica nunca são postos em causa.

ao movimento operário organizado («abaixo o marxismo», «abaixo o comunismo»). O fascismo nasce no momento em que este movimento começa a atacar fisicamente os operários, as suas organizações e as suas manifestações. O movimento tem primeiro um período de desenvolvimento autónomo, necessário para conseguir uma influência de massas; em seguida, para chegar à tomada do poder, torna-se indispensável o apoio financeiro e político de importantes sectores do capital monopolista.

e) Para que a ditadura fascista possa cumprir a sua função histórica, o movimento operário tem de ser previamente derrotado e esmagado; mas isto só é possível se antes da tomada do poder, o equilíbrio se deslocar a favor dos bandos fascistas e em detrimento da classe operária [6].

---

[6] Se isso não acontece e os trabalhadores mantiverem a sua capacidade e vontade de lutar, a tomada do poder pelos fascistas pode tornar-se o prelúdio de uma poderosa sublevação revolucionária. Em Espanha ao putsch militar fascista de 1936 a classe operária respondeu com uma sublevação revolucionária que ao cabo de poucos dias impôs aos fascistas uma derrota militar esmagadora em todas as grandes cidades e nas áreas industriais e que os obrigou a refugiarem-se nas áreas agrícolas, subdesenvolvidas do país. O facto de os fascistas, após uma árdua guerra civil que durou três anos, terem conseguido tomar o poder foi devido, quer a factores exteriores, quer ao papel funesto desempenhado pela direcção do partido e do governo de esquerda. Esta direcção impediu à classe operária levar a uma rápida consecução a evolução socialista que tinha começado com sucesso em Julho de 1936. Em particular a direcção não foi capaz de minar a última base de poder de Franco entre os camponeses atrasados e os mercenários do Norte de Africa, recusando-se a efectivar uma reforma agrária radical e a proclamar a independência de Marrocos.

O ascenso do movimento fascista é de certa maneira uma institucionalização da guerra civil, na qual, no entanto, cada uma das partes tem objectivamente possibilidade de vencer (esta é, entre outras, a razão pela qual, só em circunstâncias muito especiais, «anormais», a grande burguesia apoia e financia semelhantes experiências; ela corre desde o início um risco bem determinado nesta política do tudo ou nada).

Se os fascistas conseguem desmoralizar e esmagar o inimigo — a classe operária organizada — a vitória está assegurada. Mas se, pelo contrário, o movimento operário consegue contra-atacar com sucesso e tomar ele próprio a iniciativa, infligirá uma derrota decisiva não só ao fascismo, como também ao capitalismo que o engendrou.

Isto acontece por motivos técnico-políticos, sócio-políticos e sócio-psicológicos. No início os bandos fascistas organizam apenas a fracção mais resoluta e desesperada da pequena burguesia (a fracção «enfurecida»). As massas pequeno-burguesas, tal como o sector não consciente e não organizado dos trabalhadores assalariados — em particular os jovens trabalhadores operários e empregados — oscilarão geralmente entre

os dois campos; tenderão a unir-se à parte que demonstrar maior audácia e espírito de iniciativa; eles pretendem jogar no cavalo vencedor. É isto que permite afirmar que, do ponto de vista histórico, a vitória do fascismo exprime a incapacidade do movimento operário em resolver de acordo com os seus próprios interesses e objectivos, a crise estrutural do capitalismo decadente. De facto, tal crise oferece sempre de início ao movimento operário uma possibilidade de se impor; só quando este não aproveitar tal possibilidade porque mal conduzido, dividido e desmoralizado, o conflito pode levar ao triunfo do fascismo.

f) Se o fascismo conseguir «esmagar o movimento operário sob as suas investidas», terá cumprido o seu dever do ponto de vista do capitalismo monopolista; o seu movimento de massas acaba por burocratizar-se e é em grande parte absorvido pelo aparelho de Estado burguês; isto é possível apenas na medida em que as formas extremas de demagogia plebeia pequeno-burguesa, presentes nos «objectivos do movimento», desapareçam e acabem por ser apagadas pela ideologia oficial [7]. Tal evolução não está de forma alguma em contradição com a tendência em tornar autónomo o aparelho de Estado fortemente centralizado. Com efeito, logo que internamente o movimento operário tenha sido vencido e as condições de reprodução do capital tiverem

[7] Cf. entre outros, Guérin, *op. cit.*, p. 141-168.

sido modificadas de modo decisivo a favor da grande burguesia, o interesse político desta centra-se na necessidade de produzir uma modificação análoga no mercado mundial. A política do tudo ou nada do fascismo acaba por ser transportada da esfera sócio-política para a financeira; estimula uma inflação permanente e por fim não deixa outra alternativa a não ser a aventura militar no estrangeiro. Mas o conjunto desta evolução traz consigo a deterioração mais do que a melhoria da situação económica (devido à economia de guerra) e política da pequena-burguesia — com excepção daquela parte que pode ser mantida à custa do aparelho de Estado tornado cada vez mais autónomo. Não se trata do fim da «sujeição ao capital usurário» mas, pelo contrário, da aceleração da concentração do capital monopolista. Aqui se mostra o carácter de classe da ditadura fascista, que não corresponde ao movimento fascista de massas; ela não defende os interesses históricos da pequena burguesia, mas sim os do capital monoplista. Logo que esta tendência se torna predominante, a base de massas consciente e activa do fascismo restringe-se inevitavelmente. A ditadura fascista tem tendência para reduzir e esmagar a sua própria base de massas; os esquadrões fascistas tornam-se apêndices da polícia. Na fase do seu declínio o fascismo converte-se numa forma particular de bonapartismo [8].

[8] A distinção entre fascismo e bonapartismo será discutida mais tarde.

São estes os elementos constitutivos da teoria trotskista sobre o fascismo. Baseia-se por um lado, numa análise das condições particulares em que se desenvolve a luta de classes nos países altamente industrializados no período da crise estrutural do capitalismo decadente (o próprio Trotsky falava da «época de decadência do capitalismo») por outro lado, deriva dum modo particular — característico do marxismo de Trotsky — de relacionar os factores objectivos e subjectivos na interpretação teórica da luta de classes bem como no seu desenrolar concreto.

IV

Como suporta esta teoria trotskista do fascismo o confronto com as teorias provenientes de outras correntes do movimento operário? Quais são os traços específicos que aparecem quando se compara a teoria de Trotsky com outros estudos baseados também no método marxista?

O que mais choca nos autores social-democratas é o pragmatismo, o tom de desculpa que utilizam nas suas análises: a teoria deve vir em auxílio de uma prática arqui-oportunista e explicar o seu fracasso pela «culpa dos nossos opositores». Nessa época, este oportunismo não tinha ainda cortado o cordão umbilical que o ligava ao marxismo vulgar, fatalista e objectivista de Kautsky. Quando não se invoca « culpa dos nossos opositores», é o peso das contradições objectivas que se deplora: a «relação de forças» não permitia melhores resultados. O facto de, pela acção, se poder modificar esta relação de forças — em particular, o facto de, pela própria passividade, se fazer pender a relação de forças em favor do inimigo de classe — nunca foi assimilado por esta escola. O conteúdo essencial destas teorias aparece claramente na tese segundo a qual a agitação radical dos «bolcheviques» forneceu a ocasião, ou, pelo menos, uma desculpa ao fascismo para mobilizar as camadas amedrontadas e conservadoras da população: o fascismo é o castigo que a grande burguesia inflige ao proletariado pela sua agitação comunista. «Se não quiserem assustar a pequena burguesia e aborrecer os grandes capitalistas, mantenham-se moderados». A esperteza muito liberal da «via dourada» [1] es-

[1] No *Manifesto Comunista,* Marx e Engels ridicularizavam já o argumento liberal segundo o qual os comunistas faziam o jogo da reacção conservadora. Durante a revolução de 1848, repetia-se incansavelmente que, bastava que os patifes «socialistas» não tivessem lá estado para que os regimes constitucionais liberais se tivessem podido consolidar por toda a parte; os socialistas tinham feito medo à burguesia e tinham-na lançado nos braços da reacção. Depois da Revolução Francesa, os conservadores, por seu lado, utilizaram um argumento semelhante contra os liberais; se não tivessem havido os excessos da Convenção e da Constituição «radical de esquerda» do ano II, a monarquia nunca teria sido restaurada. Manifestamente, não há hoje nada de novo sob o sol.

quece com efeito que é precisamente a falência do parlamentarismo burguês «moderado», rotineiro, confrontado com a intensificação da crise estrutural do neo-capitalismo, que lança a pequena burguesia desesperada nos braços dos fascistas. Para impedir isto é necessário propor uma alternativa eficaz, surgida da actividade militante quotidiana. Se esta alternativa não for avançada, e se a pequena burguesia, pauperizada e em vias de perder os seus privilégios de classe, se encontrar perante a escolha entre um parlamentarismo impotente e um fascismo em plena força, optará, sem qualquer dúvida, pelo fascismo. E é precisamente a «moderação», a reserva e o temor da classe operária que reforçam nas massas o sentimento de que o fascismo será o vencedor.

A fraqueza da teoria social-democrata do fascismo é particularmente revelada na tese «agarrai-vos à legalidade a qualquer preço». Esta tese decorre da falsa convicção segundo a qual, enquanto que os fascistas abandonam a esfera da legalidade, as organizações dos trabalhadores assalariados devem contentar-se em agir estritamente no interior desta esfera. Este ponto de vista particular esquece que a legalidade e o Estado não são reificações de conceitos abstractos, mas sim a expressão de classes e de interesses sociais concretos. A «legalidade» e o «Estado» eram, em última análise, os juízes, os coronéis e os comandantes cujas ligações com os seus «camaradas» do Stahlhelm e dos S. S. eram múltiplas e que odiavam e combatiam o movimento

organizado dos trabalhadores tanto como os bandos fascistas, mesmo quando o faziam de uma maneira mais «civilizada». Querer utilizá-los como defesa contra estes bandos significa na realidade enfrentá-los de mãos vazias.

O isolamento na análise (hipostatização) dos factores «crise económica» e «desemprego de massa» constitui um elemento importante na teoria do fascismo dos social-democratas: se não houvesse crise económica, o perigo do fascismo desapareceria. Esquece-se assim que a crise estrutural é mais importante que a crise conjuntural, e que, enquanto uma persistir, as melhorias experimentadas pela outra não podem de modo nenhum modificar fundamentalmente a situação. Isto, aprenderam os social-democratas belgas Spaak e de Mann à sua custa, quando concentraram todas as suas forças para reduzir o desemprego — sacrificando mesmo posições de força, e mais ainda, a capacidade de luta dos assalariados — e, apesar disso, viram aumentar e não diminuir a vaga fascista.

Todos estes elementos da teoria social-democrata do fascismo se encontravam já nos primeiros livros que os social-democratas italianos consagraram à catástrofe que se abatia sobre as suas cabeças. Assim, Giovanni Zibordi escrevia já em 1922: «[...] são os excessos dos extremistas os responsáveis por este clima, é também o movimento operário e social no seu conjunto o responsável por estes excessos empurrarem as camadas pequeno-burguesas e intelectuais — que

todavia não tinham qualquer razão económica para temer e odiar o socialismo — para os braços dos fascistas» [2]. Turati dirá a mesma coisa alguns anos mais tarde: «Os excessos pró-bolcheviques (philobolshevik), que eram tão inacreditáveis e tão infantis, tiveram como consequência que o temor das classes dominantes de perder os seus privilégios fosse, em certos momentos, muito real e muito intenso [...]. Pode-se logicamente concluir que, se não tivesse sido esta atitude, a cooperação entre a plutocracia e os fascistas teria sido impossível» [3]. É lamentável constatar que Angelo Tasca, outrora um comunista e um marxista, no livro que escreveu antes da Segunda Guerra Mundial, tenha chegado à conclusão que era impossível combater ao mesmo tempo o aparelho de Estado e o fascismo, e que, portanto, era necessário estabelecer uma aliança com um para combater o outro [4].

A social-democracia alemã serviu uma dose (rehsh) vulgar e superficial de teses semelhantes. O seu maior teórico dos anos vinte, o anti-marxista belga Hendrik de Mann, tentou ligar a psicologia da pequena burguesia às suas relações com o fascismo e chegou à conclusão, mesmo depois da catástrofe na Alemanha, que era necessário não alarmar a pequena burguesia. Mais concretamente, trabalhou tão bem que a vaga de entusiasmo e de vontade dos trabalhadores para lugar por uma greve geral em 1935, se dissipou bruscamente; criou, assim, condições favoráveis a um enorme crescimento do fascismo na Bélgica a partir desse ano. Só Léon Blum foi suficientemente perspicaz para declarar, depois da tomada do poder por Hitler, que, se os nazis tinham alcançado a vitória, isso era o castigo pago pela social-democracia alemã por ter esmagado os gérmens da revolução proletária depois da derrocada do Império alemão e por ter assim libertado e consolidado todos estes elementos (do exército aos Freikorps) que os iriam agora destruir selvaticamente [5]. Mas, o mesmo Léon Blum, quando se viu, alguns anos mais tarde, face a uma greve de massas, limitou-se a reiterar a política de apazigua-

[2] Giovanni Zibordi, *Der Fascismus als antisozialistiche Koalition*, Nolte, *op. cit.*, pp. 79-87.

[3] Filippo Turati, *Fascismus, Sozialismus und Demokratie*, Nolte, *op. cit.*, pp. 143-155.

[4] Angelo Tasca, *Nascita e Avvento del Fascismo*, La Nuova Italia, Firenze, 1950; publicado em inglês sob o título *The Rise of Italian Fascism*, 1918-1922, Mthuen, London, 1938.

[5] Ver, entre outros, Hendrick De Mann, *Sozialismus und National-Fascismus*, A. Prosse Verlag, Postdam, 1931; as memórias de Severing, *Mein Lebensweg*, cap. II: «In, auf und ab der Politik», Greven Verlag, Köln, 1950; as memórias de Otto Braun, *Von Weimar zu Hitler*, Europa Verlag, New York, 1940, etc.

Otto Braun desculpa a sua lamentável capitulação quando do golpe de Papen a 20 de Julho de 1932 dizendo que, devido à crise económica e aos milhões de desempregados, uma greve geral como a que tinha derrotado o putsch de Kapp doze anos antes era impossível. Esquece que na altura deste putch a economia alemã atravessava igualmente uma crise profunda.

mento dos Ebert e Scheidemann, o que levou ao esmagamento da III República e à tomada do poder pelo bonapartismo senil do regime de Vichy.

A teoria do fascismo da III Internacional Comunista depois de Lenine enfrentou esta prova sem maior sucesso que a social-democracia. Sem dúvida que se podem encontrar nela os princípios de uma compreensão mais profunda do perigo que ameaçava o movimento operário internacional. Podem encontrar-se elementos de uma teoria marxista do fascismo nas obras de Clara Zetkin, Radek, Ignazio Silone e mesmo, algumas vezes, nas de Zinoviev. Mas, rapidamente, as lutas de fracções do Partido Comunista da U. R. S. S. abafavam a obra teórica do Komintern. A finalidade já não era a de adquirir uma compreensão científica dos processos objectivos em curso, mas sim a de dar a direcção do K. P. D. (Partido Comunista Alemão) a uma fracção totalmente devotada e obediente a Estaline. Tudo o que dizia respeito à análise marxista e à luta revolucionária de classes estava subordinado a este objectivo.

O resultado é bem conhecido: a teoria que considera o fascismo como expressão directa dos interesses dos «sectores mais agressivos do capitalismo monopolista» esquece completamente o carácter de massa, autónomo do movimento fascista. Desta concepção resultou a teoria segundo a qual o fascismo seria o «irmão gémeo» da social-democracia ao serviço do capital monopolista, assim como a teoria da «fascização gradual»

da república de Weimar, teorias que dissimularam aos olhos dos trabalhadores a natureza catastrófica da tomada do poder pelos fascistas, impedindo-os assim de combater este perigo iminente. Tudo isto foi coroado pela teoria do «social-fascismo» que conduziu, sob a sua forma extrema, à tese segundo a qual seria necessário derrotar primeiro a social-democracia para que fosse depois possível vencer o fascismo [6]. Por fim apareceram as adendas (addenda) tipicamente social-democratas e fatalistas: «A má gestão de Hitler fá-lo-á afundar-se a si próprio» (pela sua incapacidade para resolver a crise económica, entre outras razões) e «Depois de Hitler, será a nossa vez». Através desta última frase pode ver-se como a tomada do poder por Hitler era considerada inevitável e como se subestimavam incrivelmente as consequências desta tomada do poder no extermínio do movimento operário. Todas estas análises só podiam paralisar e desorientar a resistência contra o ascenso do nazismo.

Foram necessários vinte e cinco anos de má consciência para que o movimento comunista «oficial» iniciasse uma discussão crítica sobre a falsa teoria estalinista do fascismo. A rotura prática com esta teoria teve lugar muito rapida-

---

[6] Ver a documentação exaustiva in Theo Pirker, *Komintern und Fascismus* 1920-1940, Deutsche Verlagsanstalt, München, 1965. O estudo da imprensa oficial do Komintern e do K. P. D. entre 1930 e 1933 fornece no entanto os ensinamentos mais preciosos.

mente quando já era demasiado tarde. A viragem para a táctica de Frente Popular teve lugar em 1935 e implicou uma revisão completa da teoria do «social-fascismo» e uma orientação para um erro direitista paralelo, depois das consequências desastrosas do erro esquerdista [7]. Mas como os escritos e proclamações de Estaline foram considerados sacrossantos até 1956, a revisão prudente da teoria do «social-fascismo» só começou depois do início da pretensa destalinização [8]. Togliatti,

[7] Na teoria do «social-fascismo», o papel objectivo da direcção social-democrata (que é certamente um factor tendente a estabilizar o *statu quo* da sociedade burguesa em declínio) é arbitrariamente isolado da base de massas e da forma específica que tinha; na teoria da Frente Popular, por outro lado, a vontade antifascista das massas e a pressão que elas exerciam sobre a direcção social-democrata para a autodefesa, contra o perigo de extermínio que o fascismo representava, são também arbitrariamente isolados do contexto social geral caracterizado pela crise estrutural do neocapitalismo. No primeiro caso, as massas são paralisadas pela divisão; no segundo caso, são brutalmente frenadas por respeito para com o parceiro burguês «liberal» da política de Frente Popular. O pêndulo passou de um desvio oportunista de esquerda a um desvio oportunista de direita, sem no entanto passar pela posição correcta, que é a da unidade de acção dos *trabalhadores* (dotada de uma dinâmica clara, objectivamente anticapitalista).

[8] Mesmo no fim dos anos cinquenta, tentava-se desesperadamente justificar a política do K. P. D. de 1930 a 1933. Ver, entre outros, a brocura *Les Origines du fascisme,* publicada na série «Recherches internationales à la lumière du marxisme», Editios La Nouvelle Critique, n.º 1, Paris, 1957.

dirigente do Partido Comunista Italiano, dizia em voz alta o que a maioria dos quadros comunistas pensava em voz baixa e a oficial *História do movimento operário alemão,* publicada na Alemanha Ocidental, submetia a teoria e a prática do K. P. D. de 1940 a 1933 a uma crítica prudente mas metódica sem, no entanto, evitar novos erros na definição da natureza e da função do fascismo [9].

As teorias da «fascização gradual» e do «social-fascismo» contêm não só uma apreciação errada da conjuntura política e erros tácticos sosobre a forma de conduzir a luta contra o ascenso do fascismo, como ignoram também completamente a principal característica do fascismo que Trotsky soube revelar correctamente e à qual a história deu uma confirmação trágica.

O fascismo não é simplesmente uma nova etapa do processo pelo qual o executivo do Estado burguês se torna cada vez mais forte e independente. Não é simplesmente a «ditadura aberta do capital monopolista». É uma forma *especial* do «executivo forte» e de «ditadura aberta», caracterizada pela destruição completa de *todas* as organizações da classe operária — mesmo as mais moderadas e, sem dúvida, da própria social-de-

[9] *Geschichte der deutschen Arbeiterbewegung,* Dietz Verlag, Berlin, 1966, cap. IV, pp. 168, 171, 206, 239, 288, 303-310, 312, etc. Esta crítica tardia reconhece, sobre praticamente todos os pontos, que Trotsky tinha razão... sem mesmo citar o seu nome uma única vez!

mocracia. O fascismo tenta impedir fisicamente *toda* a forma de auto-defesa da parte dos trabalhadores organizados, atomizando completamente estes últimos. Argumentar com o facto de que a social-democracia prepara o terreno ao fascismo para daí concluir que a social-democracia e o fascismo são aliados, e recusar toda a unidade com um para combater o outro, é cometer um erro.

É justamente o contrário que é verdadeiro. Se a social-democracia, ao praticar a colaboração de classes e ao identificar-se com a democracia parlamentar, já falida, boicotou a luta de classe dos trabalhadores e preparou a tomada do poder pelos fascistas, esta tomada de poder foi, por seu lado, o toque de finados da social-democracia. As massas social-democratas, assim como alguns dos seus dirigentes, tornavam-se cada vez mais conscientes à medida que o desastre se aproximava e projectava a sua sombra através de numerosos incidentes sangrentos. E esta tomada de consciência, que exprime todas as contradições da social-democracia, podia ter-se tornado, se uma táctica correcta de frente única tivesse sido aplicada, o ponto de partida para uma real unidade na acção e para a modificação real e súbita da relação de forças social e política, que podia conduzir não só à vitória sobre o fascismo como também sobre o capitalismo e, até, à vitória sobre a política de colaboração e de conciliação de classes da social-democracia.

Esta mesma incapacidade em compreender o carácter específico do fascismo encontra-se num grupo de teóricos, dos quais se poderia dizer que estão a meio-caminho entre o marxismo e o reformismo vulgar. Assim, Marx Horkheimer vê no fascismo «a forma mais moderna da sociedade capitalista de monopólio». Paul Sering (Richard Lowwenthal) defende uma ideia bastante semelhante quando diz que o nacional-fascismo é «o imperialismo planificado» [10]. A origem destes dois pontos de vista encontra-se na tese sustentada por Hilferding segundo a qual a centralização política do poder no Estado burguês e a «forma suprema da concentração de capital», para ele materializada no capital financeiro, se unem para formar um único todo. A predição que Hilferding fez em 1907, por mais brilhante e precisa historicamente (apesar de certas simplificações) que fosse, revelou-se imperfeita durante os anos que precederam e seguiram imediatamente a tomada do poder por Hitler. Não se pode compreender o fascismo se se afastarem os dois elementos seguintes da análise: o estado supremo de centralização do Estado burguês só pode ser atingido se a burguesia abdicar do seu poder político [11], e, este novo fenómeno não é a «forma mais

[10] E. Nolte, *op. cit.*, pp. 55, 66, etc.; Harold Laski, *Reflections on the Revolution of our Time*, Allen and Anwin, London, 1943.

[11] Seria interessante procurar as causas profundas desta necessidade, que, segundo nós, se encontram não só na necessidade de atomizar a classe operária pelo terror — tarefa que um aparelho repressivo «normal» é incapaz de levar a cabo —, mas também na própria natureza de

moderna da sociedade capitalista de monopólio», mas, ao contrário, a forma mais aguda da crise desta sociedade [12].

No seu livro, *O Fascismo — As suas origens e o seu desenvolvimento*, Ignazio Silone tenta, não sem sucesso, apresentar o fascismo como resultando da crise estrutural profunda da sociedade burguesa italiana e da incapacidade simultânea, por parte do movimento operário italiano, em resolver esta crise através duma transformação socialista [13]. Estabelece correctamente a distinção entre o fascismo e uma ditadura militar

---

um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção. Porque, num tal modo de produção, há sempre um elemento de competição que faz com que os representantes directos das diversas empresas só possam progredir para o interesse comum da classe (ou melhor, da camada decisiva desta classe) negociando e reconciliando os interesses particulares e contraditórios.

Para que o interesse comum se exprima de uma forma imediata e centralizada, isto é, sem longas e difíceis discussões e negociações, a instituição que representa o interesse comum não pode simultaneamente defender os interesses particulares, o que significa que a unidade do grande capital com a direcção política tem de ser eliminada. Compreende-se assim mais claramente a tendência para a abdicação política que a sociedade burguesa tem em período de crise.

[12] Robert A. Brady comete um erro semelhante no seu livro *The Spirit and Structure of German Fascism*, Viking Press Inc., New York, 1937.

[13] Ignazio Silone, *Der Fascismus — Seine Entstehung und seine Entwicklung*, Europa Verlag, Zürich, 1934, pp. 32, 46, 52, etc.

«clássica» ou um bonapartismo [14]. Mas as definição que dá da «imaturidade política» do movimento operário acaba precisamente no ponto onde começa o problema. Qual foi o factor que impediu o movimento operário de se tornar o representante de todas as camadas exploradas da nação, de ganhar ou neutralizar as largas camadas da pequena burguesia e de colocar a luta pela tomada do poder na ordem do dia? Não é por acaso que o conceito de «revolução socialista» quase não aparece no livro de Silone e também não é por acaso que este autor não compreendeu que, para realizar as tarefas complexas que ele próprio descreveu, é necessário um *plano estratégico*, um plano que só pode ser elaborado e realizado por um partido revolucionário, criado com esta finalidade. Apesar das suas críticas aos reformistas e aos maximalistas italianos, assim como às tendências fatalistas e ultra-esquerdistas do jovem Partido Comunista Italiano, serem correctas, não conduzem a nenhuma alternativa, e dão impressão de que a «imaturidade política» e a capacidade para assumir a direcção política são ou acidentes biológicos («na Rússia havia Lenine»), ou resultados de algum destino místico. Compreende-se facilmente que Silone não podia permanecer por muito tempo nesta posição típica de transição; ràpidamente se virou para o reformismo.

---

[14] Ibid. p. 276.

Além da de Trotsky, as duas contribuições mais importantes à teoria do fascismo dum ponto de vista marxista, no decurso dos anos vinte e trinta, são as de August Thalheimer e de Otto Bauer [15]. A análise de August Thalheimer aproxima-se mais da de Trotsky. Mas, apegando-se demasiado à análise de Marx fez no século XIX do bonapartismo e exagerando a «fascização gradual», A. Thalheimer sub-estima a diferença *qualitativa* entre bonapartismo e fascismo: no primeiro, há uma autonomia crescente do aparelho de Estado acompanhada por uma repressão «tradicional» sobre o movimento revolucionário; no segundo, há uma autonomia crescente do aparelho de Estado, acompanhada pela destruição de *todas* as organizações da classe operária e pela tentativa de atomizar completamente os trabalhadores através de um movimento pequeno-burguês. Além diso, a análise de Thalheimer reduz o problema do fascismo ao problema da relação de forças socio-política (a classe operária não é ainda capaz de exercer o poder político e a grande burguesia já não é capaz de o exercer) sem pôr em relevo a ligação desta relação de forças com a crise estrutural do neo-capitalismo [16].

A teoria de Trotsky sobre o fascismo reúne os elementos contraditórios numa unidade dia-

[15] August Thalheimer, *Ueber dem Fascismus*, Abendroth, *op. cit.*, pp. 19, 38; Bauer, *op. cit.*, pp. 113-141.

[16] Este aspecto foi evidenciado por Ruediger Griepenburg e K. H. Tjaden, «Fascismus und Bonapartismus», *Das Argument*, n.º 41, Dezembro de 1966, pp. 461-472.

léctica. Por um lado, mostra as forças motrizes que, na época da crise estrutural do capitalismo, tornavam *possível* a conquista e o exercício do poder político pela classe operária. Evita fazer a confusão, particularmente grave, entre a imaturidade histórica objectiva da classe operária francesa entre 1848 e 1850 e a imaturidade puramente subjectiva da classe operária alemã entre 1918 e 1933 em contradição directa com as possibilidades objectivas.

Por outro lado, a teoria do fascismo de Trotsky centra-se no carácter funcional da «autonomia crescente» do aparelho de Estado sob o fascismo, autonomia que tem precisamente por finalidade transformar radicalmente as condições de produção e de extração da mais-valia em favor da grande burguesia, eliminando toda a resistência de classe organizada por parte do proletariado. A crise estrutural é assim temporariamente resolvida até à próxima explosão.

Otto Bauer, na sua teoria, vê o fascismo como o resultado da unidade de três elementos: a perda de alguns privilégios de classe por parte da pequena burguesia, devido à guerra; a pauperização de outros sectores devida à crise económica, que os leva a romper com a democracia burguesa; e o interesse que tem o grande capital em elevar a taxa de exploração dos trabalhadores, o que exige a eliminação da oposição da classe operária e das suas organizações [17]. Reconhece correc-

[17] O. Bauer, *op. cit.*, p. 113.

tamente que «o fascismo não ganhou no momento em que a burguesia estava ameaçada pela revolução proletária, mas sim num momento em que o proletariado já tinha sido enfraquecido e reduzido à defensiva muito tempo antes, num momento em que o ascenso revolucionário estava já em refluxo. A classe capitalista e os grandes proprietários não confiaram o poder de Estado aos grupos fascistas para se protegerem duma revolução proletária ameaçadora, mas sim para reduzir os salários, destruir as conquistas da classe operária e eliminar os sindicatos e as posições de força política ocupadas pela classe operária; não para suprimir um socialismo revolucionário (revolutionary socialism) mas para destruir as conquistas do socialismo reformista [18]».

Apesar desta análise ser superior às dos reformistas vulgares, que repetem a própria tese dos fascistas dizendo que o fascismo foi unicamente uma resposta ao «perigo bolchevique», substima fatalmente a *crise estrutural* profunda que sacudiu o capitalismo em Itália de 1918 a 1927 e na Alemanha de 1929 a 1933. Esta crise não consolidou, mas pelo contrário enfraqueceu a ordem social, e aumentou assim as condições objectivas que tornavam possível a existência duma estratégia orientada para a tomada do poder pela classe operária.

Bauer, como Thalheimer, vê na vitória do fascismo o resultado lógico da contra-revolução que

[18] *Ibid.*, p. 126.

se propagou progressivamente depois da derrota das iniciativas revolucionárias dos anos de 1918 a 1923. Não compreende que os quinze anos que vão de 1919 a 1933 foram marcados por fluxos e refluxos periódicos das possibilidades revolucionárias, e de modo nenhum por um declínio linear. A distinção mecânica entre «ofensiva» e «defensiva» só obscurece as relações que as ligam.

E esta análise inadequada conduziu a graves erros tácticos. Acreditando estar numa «fase defensiva», Otto Bauer, o «socialista revolucionário», pensava que a única coisa a fazer era permanecer nos seus postos e esperar o ataque da reacção clerical-fascista contra as organizações da classe operária. Nesse momento, e só nesse momento, se devia organizar a defesa por todos os meios, incluindo as armas. É assim que se assistiu à luta heróica do Schutzbund (Liga de defesa) em Viena, em Fevereiro de 1934 que, sem dúvida, dominou a capitulação sem combate do S. P. D. (Partido social-democrata alemão) e do K. P. D. perante o regime nazi, mas que no entanto estava votada ao fracasso. Porque só quando o movimento operário reconhece a amplitude da crise estrutural e declara explicitamente que tem a intenção de resolver esta crise exclusivamente pelos seus próprios métodos, e assim define a luta pelo poder como um objectivo imediato, poderá ganhar as camadas médias e os outros sectores hesitantes da população, sectores que o *statu quo*, incluindo a estrita defesa das organizações operárias, não atrai.

Um historiador clarividente como Arthur Rosenberg fez coincidir o fim da República de Weimar com o ano de 1930. Escreveu: «Em 1930, a república burguesa caiu na Alemanha porque a sua sorte se encontrava nas mãos da burguesia e porque a classe operária já não era suficientemente forte para a salvar»[19]. A historiografia fatalista de Rosenberg esquece que a classe operária dispunha de três anos, se a direcção não tivesse falhado a sua tarefa, para salver, não a democracia burguesa, mas os elementos democráticos mais válidos, extirpando-os à democracia burguesa para os confiar ao socialismo.

V

Depois de compararmos a teoria trotskista do fascismo com outras tentativas de explicação, verificamos, desde logo, a sua inegável superioridade. Esta superioridade provem, em parte, da sua capacidade em integrar uma multitude de aspectos parciais numa unidade dialéctica. Hoje, dispomos de um material empírico importante desconhecido por Trotsky e doutros sectores marxistas do período que precedeu e seguiu imediatamente a tomada do poder pelos nazis. Que nos

[19] Arthur Rosenberg, *Geschichte der Weimarer Republik,* Europaeische Verlag, Frankfurt, 1961, p. 211.

ensina este material sobre alguns pontos decisivos e controversos desta teoria?

O testemunho mais claro diz respeito à função económica e política da ditadura fascista. Destruindo o movimento operário organizado, Hitler conseguiu impôr um congelamento de salários tido pouco tempo antes, pelo patronato alemão, como um milagre. Os salários horários foram fixados ao nível dos da crise económica; o desaparecimento do desemprego massivo não conduziu a nenhum aumento importante dos salários. Nunca o capital, em toda a sua história, tinha conseguido impor os mesmos salários quer não houvesse um só desempregado ou quer houvesse cinco milhões. O salário horário do operário qualificado passou de 95,5 pfennings em 1928 para 70,5 em 1933, 78,3 pfennings em 1936, 79 em 1940 e 80,8 pfennings em Outubro de 1942[1]. Estes números referem-se ao salário médio de dezassete sectores da indústria. Outras fontes fornecem números um pouco mais elevados para o salário médio dos operários qualificados no conjunto da economia do III Reich. Segundo estes números, os salários passaram de 79,2 pfennings para 78,5 entre Janeiro de 1933 e 1937, depois aumentaram lentamente até atingirem 79,2 pfennings em 1939, 80 depois aumentaram lentamente até atingirem 79,2 pfennings em 1939, 80 pfennings em Dezembro de 1941 e 81 pfennings em

[1] C. Bettelheim, *op. cit.*, p. 210.

Outubro de 1943 [2]. Mas estes números confirmam igualmente que os salários permaneciam muito abaixo dos valores que se registavam antes da crise — um «magnífico» sucesso a contar no activo dum regime nazi confrontado com uma falta crítica de mão-de-obra. Em resumo, Neumann confirmou que a distribuição do rendimento nacional alemão se deslocou largamente em favor do capital entre 1932 e 1938. A parte do capital (juros, benefícios comerciais e industriais, benefícios industriais não redistribuídos) passou de 17,4 % do rendimento nacional em 1932 (21 % em 1929) para 25,2 % em 1937 e 26,6 % em 1938 [3].

---

[2] Juergen Kuczinsky, *Die Geschichte der Lage der Arbeiter in Deutschland,* cap. II: 1933 a 1946, Verlag die freie Gewerkschaft, Berlin, 1947, pp. 199, 154.

[3] F. Neumann, *op. cit.,* p. 435. Perante estes factos e números, torna-se ridículo tentar provar como Tim Mason o «primado do político» depois de 1936, argumentando que durante dois anos — entre o Outono de 1936 e o Verão de 1938 — o governo de Hitler não «pôde» acabar com a liberdade dos trabalhadores de mudar de emprego e não «pôde» estabelecer um salário máximo... «A direcção política recusava aplicar quer uma quer outra destas medidas, porque um passo tão radical contra os interesses materiais da classe operária teria sido incompatível com a tarefa política que consistia em educar os trabalhadores no nacional-socialismo.» Mason, «Das Primat der Politik», *Das Argument,* n.º 41, Dezembro de 1966, p. 485.

Quem quer provar demasiado acaba por provar que está em erro. Aparentemente Tim Mason não vê que, aqui, o elemento determinante não é o facto destas medidas terem sido adiadas durante dois anos, mas sim o facto de um regime devotado, pelo menos demagogicamente, à «comunidade nacional» ter decidido pôr em prática um controle parcial e deliberado da sua própria classe operária, abolindo a liberdade de deslocação, e ter permitido que enormes «superlucros nos armamentos» aumentassem os benefícios do grande capital. Não prova isto que os interesses da «direcção política» tiveram de recuar perante os do capitalismo de monopólio?; que não havia portanto um «primado do político», mas antes um «primado do capitalismo de monopólio»?

Perante tais números, afigura-se-nos inútil discutir a natureza de classe do Estado fascista.

Dispomos também hoje de um material factual exaustivo respeitante aos efeitos que o fascismo teve sobre a acumulação e a concentração do capital, que confirma completamente a tese marxista. O capital total de todas as sociedades alemãs passou de 18,75 biliões de Reichsmarks (RM) em 1938 (20,6 biliões de RM em 1933) a mais de 29 biliões de RM no fim de 1942; durante este mesmo período, o número de sociedades baixou de 5519 para 5404; este número reduziu-se a metade em 1938 (10437 em 1931 e 9148 em 1933). Neste capital total, a parte pertencente às grandes empresas — aquelas que tinham um capital de mais de 200 milhões de RM — passou de 52,4 % em 1933 para 53,6 % em 1939 e para 63,9 % em 1942 [4].

O Estado prosseguiu esta concentração de capital pelos mais variados meios. A cartelização

---

[4] F. Neumann, *op. cit.,* p. 613; C. Bettelheim, *op. cit.,* p. 63.

forçada, as fusões sob controle dos «dirigentes da economia de defesa» (leaders for defense economy), a organização de «associações nacionais» (Reichsvereinigungen) e de câmaras económicas regionais (Gauwirtschaftkammern) conduziram à forma suprema de fusão entre o capital monopolista e o Estado fascista. A Sociedade Nacional de ferro e aço (Reichsvereinigung Eisen und Stahl) era dirigida pelo industrial do Sarre, Dr. Hermann Roechling; a Sociedade Nacional de fibras sintéticas era dirigida pelo Dr. H. Vits, das Indústrias Associadas das fibras, que dirigia também os «grupos nacionais» (Reichsgruppen) e os «comités principais» (Hauptausschuesse). Oito destes quinze comités tinham à sua cabeça representantes directos do grande capital: Mannesmann, August Thyssen Huette (Fundições August Thyssen), Deutsche Waffen und Munitions Fabriken (Indústria alemã de armas e munições), Henschel-Flugzeugwerke (Construções aeronáuticas Henschel), Auto-Union, Siemens, Weis e Freytag, Hommelwerke [5].

Perante estes factos indesmentíveis, que entravam em contradição não só com o programa demagógico dos nazis mas também com o seu «interesse político particular» (a manutenção de uma base larga, de massas, composta pela pequena burguesia das camadas médias e pela pequena empresa [small business]), dificilmente se pode compreender como Tim Mason pode chegar

[5] F. Neumann, *op. cit.*, p. 591, 601.

à conclusão que os blocos de influência da indústria se «desagregaram» depois de 1936, que o poder da indústria, em termos de política económica «se desfez em pedaços», e que «só se mantinham os interesses mais primários [!], os mais imediatos de cada firma», e que «entre 1936 e 1939, o interesse colectivo do sistema económico capitalista se transformou a pouco e pouco numa soma de interesses particulares de cada companhia [6]».

Mason defende o ponto de vista ingénuo e formalista, segundo o qual o «interesse colectivo do sistema capitalista» está representado em primeiro lugar nas associações patronais. Enquanto que na realidade, e isto é um facto bastante evidente na época do capitalismo monopolista e, mais particularmente, do neo-capitalismo, estas associações apenas tentam reconciliar os interesses da maioria dos pequenos e médios produtores com os das grandes companhias, ou defender, de uma forma ou de outra, uns contra os outros. O capitalismo monopolista engendra *sempre* uma identificação crescente do sistema com os interesses particulares de algumas dezenas de grandes companhias, em detrimento das pequenas e médias empresas e não a «transformação» do sistema numa «simples adição dos interesses próprios das empresas». E foi exactamente o que se passou na Alemanha fascista,

[6] T. Mason, *op. cit.*, pp. 482, 484, 487.

numa proporção desigual antes e após este período.

A fixação dos preços e das margens de lucro na indústria de armamento e as relações entre os sectores privado e estatizado da economia, fornecem indicações excelentes sobre a relação de for:as real que existe entre o capitalismo de monopólio e as burocracias do partido e do Estado. A tendência fundamental não é a nacionalização, mas sim o retorno à iniciativa privada [7], não é o primado de uma determinada «direcção política», mas sim o primado dos superlucros das grandes empresas [8].

[7] Acerca do regresso da iniciativa privada, ver entre outros, C. Bettelheim, *op. cit.*, p. 112; F. Neumann, *op. cit.*, p. 287; acerca do processo Gelsenkirchen e da importância determinante que exerceu atraindo grandes sectores da indústria pesada para o campo de Hitler e sobre a reprivatização de Vereinigten Stahlwerke em 1966, ver G. F. W. Hallgarten, *op. cit.*, pp. 108-113; Kurt Gossweiler, «Die vereinigten Stahlwerke und die Grassbanken», Jahrbuch fur Wirtschaftgeschichte, Akademie Verlag, Berlin, 1965, 4.ª parte, pp. 11-53.

[8] A este respeito, gostaríamos de voltar uma vez mais ao problema levantado por Tim Mason quando diz que é a «formação da vontade política» que é decisiva e que «a política interna e externa da direcção do Estado nacional-socialista escapava cada vez mais às decisões da classe económica dominante». A palavra determinante aqui é «decisões». De facto, não há aqui nada de contrário à interpretação marxista do Estado e da sociedade; mas trata-se antes duma aplicação vulgar e mecanicista desta última. O marxismo implica não existir uma identidade absoluta entre a superestrutura e a base, que estas duas instâncias tenham a sua lógica interna própria em virtude da divisão do trabalho, e portanto que, nas sociedades de classes, exista um certo grau de independência não somente da religião e da filosofia, mas igualmente do Estado e do exército. O importante não é saber se um grupo de banqueiros ou de grandes industriais ditou directamente as decisões dos chefes do governo ou do exército, mas antes se essas decisões correspondiam aos interesses de classe da alta finança e do grande capital e se elas só podiam ser apreendidas em relação com a lógica imanente da defesa do modo de produção existente.

Tim Mason não vê que o militarismo e a guerra tinham já em grande parte realizado esta autonomia no capitalismo de monopólio muito antes do Partido nazi ter aparecido. De facto, o conceito do «primado do político» resulta directamente das circunstâncias da Primeira Guerra mundial. Tim Mason escreve: «Pode-se ver, por vários indícios, que os ataques à Polónia em 1939 e à França em 1940 não eram aspectos inevitáveis da concepção global da classe dominante.» («Primat der Industrie? Eine Erwiderung», Das Argument, n.º 47, Julho de 1968, p. 206.) Não poderíamos dizer o mesmo — com, retrospectivamente, pelo menos tanta convicção — da aventura tentada por Churcill nos Dardanelos durante a Primeira Guerra mundial, de Verdun e de outras batalhas onde foram registadas importantes perdas materiais, e, de facto, do desencadeamento da própria Primeira Guerra mundial?

Não teria sido «no interesse» do grande capital ter chegado a um acordo entre a Sérvia e a Bósnia a propósito da exportação de porcos, e entre a Alemanha e a Grã-Bretanha a respeito da penetração no Médio-Oriente,

Em plena guerra, quando se poderia ter esperado dos partidários da «guerra a todo o custo» que se mostrassem intransigentes face a todos os interesses privados, passaram-se dois aconte-

cimentos respeitantes às empresas Flick, que ilustram com a maior clareza as relações de produção existentes. Em 4 de Maio de 1940, uma das empresas negociou um contrato com altos fun-

em vez de se ter registado as perdas imensas da guerra e de se ter provocado uma revolução socialista?

Não foram os diplomatas, a clique imperialista e sobretudo os membros do Estado-Maior quem, mais do que as associações patronais ou o comité dos directores do Deutsche Bank, tomou as decisões a propósito de Sarajevo e da Bélgica? Mas, não eram o militarismo, os conflitos imperialistas, a ideologia militaro-nacionalista, a corrida aos armamentos, a falta de matérias-primas da Alemanha, etc., os resultados inevitáveis de uma estrutura económica e social muito particular, e não foi esta última, no fundo, a causa da guerra? Não estiveram na sua origem os esforços espansionistas do Deutsche Bank? Não estavam os objectivos da guerra estreitamente ligados a esta causa fundamental da corrida aos armamentos?

É neste sentido que se deve compreender a tese marxista da natureza imperialista, capitalista monopolista do regime nazi, e não no sentido estreito, mecanicista segundo o qual os grandes banqueiros, ao que parece, teriam tido uma maior influência na condução da guerra do que os quartéis generais do exército, o que, também na Primeira Guerra mundial, não foi de forma nenhuma o caso.

Dietrich Eichholz e Kurt Gossweiler citam, a este respeito, os dizeres de um certo Karl Krauch, director e membro do comité executivo de I. G. Farben. A 28 de Abril de 1939, Krach declarou: «Hoje, como em 1914, a situação política e económica da Alemanha — uma fortaleza assediada pelo mundo — parece necessitar de uma declaração de guerra rápida acompanhada do aniquilamento do inimigo logo no início das hostilidades.» (*Das Argument*, n.º 47, Julho de 1968, p. 226.) Tal era o estado

cionários do Estado respeitante ao fabrico de obuses para bazucas.

Os funcionários do governo tinham calculado que, para ter um lucro razoável, Flick devia receber 24 RM por obus. Mas a companhia exigiu 39,25 RM por obus. Finalmente chegaram a acordo em 37 RM, um lucro suplementar de 13 RM por obus, isto é, mais de 35 %, ou seja mais de um milhão de marcos suplementares por todos os obuses fabricados até ao fim de 1943. Abstracção feita da ditadura nazi, a diferença entre a Primeira e a Segunda Guerra mundiais não é assim tão grande, apesar de tudo. Nos dois casos, os simples soldados acreditavam morrer pela pátria e, nos dois casos, morriam pelos lucros suplementares dos donos da indústria.

O segundo exemplo é ainda «melhor». O exército tinha construído as suas próprias fábricas (com capitais provenientes dos fundos públicos, evidentemente). Estas fábricas eram geralmente alugadas a empresas privadas em troca de uma participação do Estado nos lucros, da ordem de 30-35 %. Em 1942, a companhia Flick fez todo o possível para tomar a direcção da Machinen-

de espírito dominante nos círculos decisivos do capitalismo de monopólio. Que este estado de espírito se tenha mostrado, depois, tão «irracional» como o da grande burguesia sob Guilherme (e o de outras potências imperialistas) prova que as guerras imperialistas em geral e o próprio capitalismo do monopólio intensificam ao extremo a «irracionalidade racionalizada» (rationalized irrationality) inerente à sociedade burguesa.

fabrik Donauwoerth G. M. B. H. (Sociedade de construção de máquinas Donauwoerth). A 31 de Março, o montante do activo da Donauwoerth elevava-se a 9,8 milhões de RM mercado, enquanto que a cotação oficial era apenas de 3,6 milhões de RM. Flick comprou a fábrica (equipada com o material mais moderno))ao preço indicado pela cotação oficial (book value). Klaus Drobisch avalia os seus lucros em mais de 8 milhões de RM neste caso preciso [9].

Quando se retira a capa política, descobre-se a verdadeira força, a dominação de classe. Se o Estado nazi tivesse sistematicamente nacionalizado todas as fábricas de armamento, se tivesse implacavelmente reduzido as margens de lucro a 5 ou 6 %, se tevesse exigido, por exemplo, que pelo menos metade dos directores das fábricas participantes no esforço de guerra fossem representantes directos do Estado e das forças armadas (porque, sem dúvida, tais são as necessidades duma guerra bem conduzida)), então, justificar-se-iam em parte certas dúvidas sobre o carácter de classe desse Estado. Mas os factos mostram claramente o contrário: a subordinação brutal de todos os interesses aos das grandes companhias. E a subordinação impiedosa de todas as exigências sectoriais a uma guerra «total», conduzida no interesse destas grandes companhias,

[9] Klaus Drobisch, «Flick-Konzern und Faschistischer Staat, 1933-1939», Monopole und Staat in Deutschland, 1917-1945, Akademie Verlag, Berlin, 1966, p. 169.

cessa precisamente quando se atinge o ponto fundamental: a acumulação de capital pelas grandes companhias.

Os dados empíricos dão indicações preciosas sobre as diferentes etapas que marcam a ascensão do movimento nazi desde as eleições para o Reichstag em 1930 até à tomada do poder em 30 de Janeiro de 1933. Sabemos como certos círculos do grande capital, primeiro relativamente limitados, começaram a financiar os nazis. Sabemos as hesitações e divergências de opinião que surgiram entre os grandes capitalistas e grandes proprietários quanto à atitude a adoptar face a Hitler e ao seu Partido nazi (N. S. D. A. P.). Sabemos que estas hesitações foram exarcebadas, entre outras coisas, pelo «jogo do tudo ou nada» a que se entregava o candidato-ditador, mas também sabemos que a passividade e a perplexidade do movimento operário fizeram diminuir esses hesitações. Sabemos como o grande capital começou a identificar o seu programa (formulado em 1931) — e cujo fim era um Estado autoritário, uma redução massiva dos salários e uma revisão do tratado de Versalhes por qualquer preço [10] — com o de Hitler, à medida da sua ascensão para o poder, depois deste ter afastado a ala esquerda plebeia da sua base social e de ter dado aos senhores da indústria todas as garantias necessárias

[10] Existem numerosas fontes a esse respeito. Encontra-se uma exposição impressionante em G. F. W. Hallgarten, *op. cit.*, p. 104.

respeitantes à defesa da propriedade privada e à aplicação do «princípio do chefe» nas fábricas, como fez, por exemplo, em 27 de Janeiro de 1932 num discurso perante o Clube industrial (Industrial Club). Sabemos porque crises teve de passar esta aproximação entre o grande capital e o N. S. D. A. P. (entre outras, a dificuldade constituída pela derrota eleitoral do N. S. D. A. P. em Novembro de 1932 e os embaraços financeiros que se seguiram). Enfim, sabemos como o encontro com o barão von Schroeder em Colónia, em 4 de Janeiro de 1933, justamente após o escândalo dos subsídios concedidos aos grandes proprietários da Prússia oriental, consolidou o destino da república de Weimar [11].

A informação de que hoje dispomos confirma, sob todos os aspectos a análise detalhada que Trotsky fez desses acontecimentos dramáticos dos anos de 1930 a 1933.

Resta esclarecer um último ponto, não desprezível. Quais eram as possibilidades para a classe operária de pela unidade de acção, fazer parar o avanço nazi? E quais eram as potencia-

[11] Também aqui as fontes são numerosas. Cf., entre outros, H. S. Hegher, *Die Reichskanzlei von* 1933-1945, Verlag Frankfurter Buecher, Frankfurt, 1959, p. 33 e Allan Bullock, Hitler: *a Study in Tyranny*, Penguin Books, London, 1962, pp. 196, 243. William L. Schirer apresenta um resumo dos testemunhos mais importantes, especialmente o de Meissner, bem como uma bibliografia importante em *The Rise and Fall of the Third Reich*, Simon and Schuster Inc., New York, 1960, p. 175 p. 181.

lidades duma tal unidade de acção? Apesar do material disponível sobre estes problemas ser naturalmente mais fragmentado do que o que diz respeito às relações económicas ou à atitude de um pequeno grupo de senhores da indústria, abundam os testemunhos que provam que havia um desejo profundo de combater conjuntamente Hitler, tanto entre os trabalhadores e os funcionários comunistas como entre os social-democratas. Dos volumes de memórias surgem recordações fragmentares: o Reichsbanner (organização de defesa do S. P. D.) enviou mensageiros à «direcção» (nunca esta palavra foi usada de maneira tão reificada e alienante) para exigir o combate; o sangue dos trabalhadores não devia ser vertido, tal foi a resposta absurda que receberam (como se a vitória de Hitler não significasse que o sangue dos trabalhadores ia correr a jorros, como Trotsky previa). As iniciativas locais para definir uma linha comum entre social-democratas e comunistas aumentaram até o último momento, enquanto a direcção denunciava os golpes, desde a tomada do poder por Hitler até ao incêndio do Reichstag, e desta provocação aos plenos poderes (a abdicação do Reichstag a favor do governo de Hitler), sem avançar sequer o mais modesto plano estratégico para a protecção e a auto-defesa do movimento operário [12]. Os escritores fantasmagóricos e saturados de má consciência, de que dispomos, apesar de redigidos sob o signo da auto-justificação, constituem uma condenação amarga das direcções do S. P. D., do K. P. D., e do

A. D. G. B. (Allgemeiner deutscher Gewerkschaftsbund — Confederação geral dos sindicatos alemães) da época. Nunca na história moderna, tantos homens pagaram tão caro os erros de alguns.

VI

Mas a teoria do fascismo de Trotsky não é apenas a condenação sem piedade do passado. É também uma visão do presente e do futuro, uma advertência contra novos erros teóricos e contra novos perigos.

O carácter específico do fascismo não pode ser compreendido senão no quadro do capitalismo imperialista de monopólio. É absurdo caracterizar os movimentos autoritários do mundo semi-colonial como «fascistas» simplesmente por jurarem fidelidade a um chefe ou pôrem os seus membros em uniforme. Num país onde a parte mais importante do capital está nas mãos de estrangeiros e onde a sorte da nação é determinada pela dominação do imperialismo estrangeiro, é um contra-senso caracterizar como fascista um movimento da burguesia nacional que procura no seu próprio interesse libertar-se dessa dominação. Um tal movimento pode partilhar alguns traços fundamentais com o fascismo: um nacionalismo extremo, o culto do «chefe», por vezes, mesmo, o anti-semitismo. Tal como o fascismo, pode encontrar a sua base de massas na pequena burguesia desenraizada e pauperizada. Mas a diferença decisiva, em termos de política económica e social, entre um tal movimento e o fascismo, é evidente se se consideram as posições do movimento para com as duas classes fundamentais da sociedade moderna: o grande capital e a classe operária.

O fascismo consolida a dominação do primeiro e oferece-lhe o maior lucro económico, atomiza a classe operária e extermina as suas organizações. Pelo contrário, os movimentos nacionalistas da burguesia nacional nos países semi-coloniais, muitas vezes falsa e abusivamente chamados «fascistas», assestam geralmente golpes sérios e duráveis no grande capital, sobretudo no capital estrangeiro, criando ao mesmo tempo novas possibilidades organizacionais para os trabalhadores. O melhor exemplo é o movimento peronista na Argentina que, longe de atomizar a classe operária, permitiu, pela primeira vez, a organização profunda dos trabalhadores nos sindicatos que, desde então, exercem uma influência importante no país.

É verdade que o pretenso poder desta burguesia nacional de manobrar entre o imperialismo estrangeiro e o movimento de massas indígeno é limitado histórica e socialmente, e que oscilará continuamente entre estes dois pólos principais. Sem dúvida, o seu interesse de classe levá-la-á

[12] De todas as memórias que são disponíveis, mencionaremos apenas *Hein Traum der nicht entfuchrbar war*, Pau List Vellag, Munchen, p. 83.

finalmente a contrair uma aliança com o imperialismo ao qual tentará extorquir, graças ao desenvolvimento do movimento de massas, uma maior parte da mais-valia total. Por outro lado, um ascenso demasiado poderoso do movimento de massas ameaçaria a sua própria dominação de classe. Evidentemente, um tal ataque contra as massas pode tomar a forma duma repressão sangrenta assemelhando-se ao fascismo, como a dos generais indonésios após Outubro de 1965. No entanto, a diferença fundamental entre os dois processos — o fascismo nas metrópoles imperialistas, e o que, no pior dos casos, constitui uma ditadura militar dura nos países coloniais do terceiro mundo — deve ser claramente compreendida, de forma a evitar a confusão nos conceitos.

É igualmente muito importante evitar a confusão entre a tendência contemporânea, que se afirma cada dia mais claramente, para o «Estado forte» e a tendência para a fascização «rastejante» ou mesmo «aberta». Como foi sublinhado muitas e muitas vezes, o ponto de partida do fascismo encontra-se na pequena burguesia desesperada e empobrecida. Após vinte anos de «ascensão no longo ciclo» (upward swing of the long cycle), praticamente nenhum país imperialista ocidental possui uma tal pequena burguesia. Quanto muito, algumas camadas marginais do campesinato e das camadas médias urbanas são afectadas por uma tendência ao empobrecimento. Mas estas camadas, das quais nenhuma tem um

peso importante na população total, puderam até agora, encontrar trabalho de forma relativamente fácil no comércio, nos serviços ou na indústria. É um processo oposto ao dos anos de 1918 a 1933 o que se desenrola sob os nossos olhos. Nessa altura, as camadas médias encontravam-se empobrecidas sem terem sido no entanto, proletarizadas.

Com uma pequena burguesia conservadora e no conjunto próspera, o neo-fascismo não tem qualquer possibilidade objectiva de ganhar uma larga base de massas. Os ricos proprietários não se lançam em combates de rua com os trabalhadores revolucionários ou os estudantes de extrema-esquerda (radical students). Preferem chamar a polícia e fornecer-lhe melhores armas para que esta «se ocupe das desordens». Aqui se encontra toda a diferença entre o fascismo que organiza os elementos desesperados da pequena burguesia, os utiliza para aterrorizar as grandes cidades e as regiões operárias e o «Estado forte» autoritário que, evidentemente, utiliza a violência e a repressão, pode administrar duros golpes no movimento operário e nos grupos revolucionários, mas revela-se incapaz de aniquilar as organizações operárias e de atomizar a classe operária. Mesmo uma comparação superficial entre a Alemanha depois de 1933 e a França depois de 1958, após a instalação do «Estado forte», faz realçar ainda mais esta diferença. Tira-se igualmente a mesma conclusão quando se compara a ditadura fascista em Espanha entre 1939 e 1945

ao «Estado forte» decadente de hoje em dia que, apesar da repressão severa desencadeada ocasionalmente pela polícia e o aparelho militar, se encontra na impossibilidade total de suprimir um movimento de massas em ascenso.

Seria necessário que a situação económica mudasse de uma forma decisiva para que o perigo imediato do fascismo reaparecesse nos Estados capitalistas ocidentais. Que uma tal mudança sobrevenha no futuro, não está de forma nenhuma excluído; mais, é uma eventualidade muito provável. Mas, antes que isso aconteça mais vale evitar ser fascinado pela ameaça inexistente do fascismo, falar menos de neo-fascismo e trabalhar mais na luta sistemática contra a tendência muito real e muito concreta da burguesia para o «Estado forte», ou seja, para a redução sistemática dos direitos democráticos dos salariados (através de leis de excepção, leis anti-greves, multas e penas de prisão pelas greves selvagens, restrições ao direito de manifestação, manipulação capitalista e estatal das *mass media*, reinstauração da prisão preventiva, etc.). O fundo de verdade na teoria do «fascismo rastejante», é que ela sublinha o perigo de uma aceitação passiva e não política de tais ataques contra os direitos democráticos elementares que só podem aguçar o apetite da classe dominante e levá-la a novos ataques mais duros. Se o movimento operário se deixar conduzir sem resistência e se deixar desapossar a pouco e pouco da sua potência, então, à primeira mudança importante da situa-

ção económica, qualquer aventureiro inteligente pode bem ser inspirado a tentar exterminá-lo completamente. Se a resistência não tiver sido preparada persistentemente nas batalhas quotidianas durante anos, não cairá miraculosamente do céu no último minuto.

E é justamente porque a tarefa principal hoje em dia não é a luta contra o neo-fascismo impotente, mas sim contra a ameaça real de um «Estado forte», que é importante evitar a confusão nas ideias. Anunciar que as primeiras escaramuças são o início de uma luta decisiva e dar a impressão que o fascismo («aberto» ou «rastejante») se identifica com os C. R. S. de Paris ou à polícia de Berlim-Oeste (que são ambas quase ineficazes), é embotar a consciência das massas, desviá-la do perigo real, terrível, que representaria um fascismo dotado de armas tecnológicas muito mais avançadas. É cometer o mesmo erro fatal que os dirigentes do K. P. D. cometeram entre 1930 e 1933, quando apresentavam Brüening, Papen, Schleicher e Hugenberg como a incarnação do fascismo, o que levou os trabalhadores à conclusão que o monstro não era tão terrível como o apresentavam.

Os germens de um renascimento potencial do fascismo estão contidos na praga, conscientemente espalhada em alguns países imperialistas, constituída pela mentalidade racista e xenófoba (contra os negros, os não-brancos, os trabalhadores imigrados, os Árabes, etc.), na indiferença crescente para com os assassinatos políticos num

país como os Estados Unidos[1], no ressentimento irracional para com os «acontecimentos desagradáveis» que são cada vez mais frequentes na arena mundial, e no ódio, igualmente irracional, pelas minorias revolucionárias e não conformistas («a câmara de gás é o que vocês precisam», «o vosso lugar é o campo de concentração!», eis o género de imprecações lançadas à cara dos manifestantes dos S. D. S. em Berlim Ocidental, na Alemanha Federal e nos Estados Unidos pelos defensores da «lei e da ordem»).

Isto torna-se uma cegueira trágica quando um universitário como o professor Habermas, homem liberal e inteligente sob outros aspectos, se deixa arrastar a ponto de chamar aos estudantes revolucionários «fascistas de esquerda», eles que, justamente, seriam as primeiras *vítimas* dum terror fascista. Hoje como nos anos vinte ou trinta, não é nas minorias não conformistas que se deve ver o meio de cultura dos fascistas, mas sim nos filisteus que clamam: «Respeito, Honra, Lealdade!»

Não é de todo de excluir que, no caso da economia capitalista mundial ser destruída — não obrigatoriamente sob a forma duma grande crise económica mundial da amplitude da dos anos

[1] A lista dos leaders políticos assassinados estes últimos anos nos Estados Unidos parece-se sinistramente com a do período de Weimar: Malcolm X, Martin Luther King, Jonh F. Kennedy, Robert Kennedy e numerosos leaders do Black Panthers Party.

de 1929 a 1933, que parece bastante improvável tendo em conta o montante dos orçamentos e da inflação hoje em dia — estes germens presentes por toda a Europa Ocidental pudessem florescer e dar livre curso a uma nova epidemia fascista. Mas a probabilidade do aparecimento de um tal perigo é muito maior nos Estados Unidos que na Europa. A grande burguesia europeia já queimou os dedos gravemente com uma experiência do fascismo. Em certas partes do mundo o resultado foi ter perdido tudo o que aí possuía, e noutras, só conseguiu salvar a sua dominação de classe no último minuto. Ela está ainda menos inclinada a repetir esta aventura por esta experiência ter deixado traços profundos nas massas populares e porque o renascimento súbito de uma ameaça fascista provocaria sem dúvida reacções violentas.

A este respeito, a evolução dos estudantes na Europa Ocidental é de bom augúrio. No princípio do século, os grupos estudantis constituiam o meio de cultura intelectual do fascismo. Os primeiros quadros dos grupos fascistas foram recrutados neste meio. Foram eles que forneceram os fura-greves organizados nos anos vinte, não só na Alemanha, mas também na Grã-Bretanha, durante a greve geral de 1926. Muito antes de ter ocupado o posto de chanceler, Hitler tinha já conquistado os universitários. E depois da vitória da Frente Popular nas eleições de 1936 em França, os Camelots do rei, grupo semifascista, continuava a reinar no Quartier Latin.

Hoje a situação mudou completamente. Em toda a Europa Ocidental, a tendência geral nos estudantes é para a esquerda e a extrema-esquerda e não para a extrema-direita. São os piquetes de greve e não os fura-greves que são recrutados entre os estudantes, e estes vão para as fábricas não para ajudar os patrões a «restabelecer a lei e a ordem», mas para encorajar os trabalhadores a pôr em causa a «ordem» neo-capitalista de uma forma muito mais radical do que o fazem as organizações operárias tradicionais. É muito improvável que esta tendência se modifique nos próximos anos. Enquanto que depois da Primeira Guerra Mundial o fascismo era antes de tudo um levantamento da juventude, existem hoje muito poucos elementos que nos permitam afirmar que a juventude, em qualquer parte da Europa, possa ser atraída em grande número pela extrema-direita.

A próxima vaga na Europa será para a esquerda e extrema-esquerda: isto vê-se nitidamente pela leitura do sismógrafo da juventude que possui sempre vários anos de avanço sobre o movimento de massas. E os acontecimentos de Maio de 68 em França são só um prelúdio. Mas se esta vaga for quebrada por um fracasso, e se a decepção da jovem geração coincidir com uma crise da economia, então, o fascismo terá as suas oportunidades de sucesso.

Também nos Estados Unidos a evolução poderia adoptar o mesmo ritmo dialéctico que se encontra por todo o lado a partir de 1918. Quando

a sociedade neo-capitalista é profundamente abalada, a balança oscila sempre primeiro para a esquerda e é só depois do movimento operário ter sido derrotado que a direita tem a sua oportunidade. Mas a grande burguesia americana tem menos experiência e age portanto com menos rodeios que a da Europa Ocidental, porque praticamente nunca teve de sofrer as consequências dos riscos em que incorreu. Por consequência, possui um instinto muito menos desenvolvido quanto aos limites naturais da política do «tudo ou nada»; além disso ela dispõe, a par da tradição não política de sectores importantes da população americana, de um reservatório de conservantismo de extrema-direita que, na eventualidade de uma modificação na situação ou em ocasiões não aproveitadas pela ala revolucionária (radical side) para transformar o país em bases socialistas, poderia oferecer muito mais oportunidades de sucesso a uma aventura fascista do que na Europa. O aumento da violência, o carácter explosivo da questão racial e a audácia de certos círculos imperialistas tornam muito mais provável o desenvolvimento de uma tendência fascizante do lado americano do Atlântico [2].

---

[2] É necessário lembrar que neste processo de polarização — que já começou nos últimos anos — o activismo de direita declinou. Também nos Estados Unidos a parte politicamente activa da juventude tende irresistivelmente para a esquerda. Como na Europa Ocidental, as confrontações tem lugar não entre activistas de direita e de

É inútil insistir no terrível perigo que um tal fascismo representaria não só para a existência da cultura humana, mas também para a própria existência física da raça humana. Imagina-se facilmente o que se teria passado em 1944 se Hitler tivesse tido em seu poder um arsenal de armas nucleares como o que a América possui hoje. Os extremistas de direita da John Birch Society e os Minutemen dizem já «antes morto que vermelho» (beter dead than red). Depois da destruição da sociedade capitalista no resto do mundo, quando dos últimos sobressaltos do combate de morte para preservar a «sua» sociedade capitalista de monopólio, se o grande capital americano decide entregar o poder político a homens completamente irracionais, isso seria um golpe fatal para a humanidade. No fim dos anos vinte e no princípio dos anos trinta, os marxistas revolucionários diziam que o combate contra o fascismo e por uma solução socialista da crise europeia era uma batalha contra a barbárie que progredia nesta parte do mundo. Nos próximos decénios, a luta por uma América socialista pode tornar-se um combate de vida ou morte para toda a humanidade.

---

esquerda, mas sim entre os activistas de esquerda e a política. A prosperidade relativa das camadas médias da população americana e o seu conservantismo correspondente não são certamente estranhos a este estado de coisas.

Por esta razão, as análises claras e os gritos de Cassandra de Trotsky são de uma pertinência imediata. Porque, enquanto existir o capitalismo de monopólio, o mesmo perigo, talvez sob uma forma ainda mais terrível e com uma barbárie ainda mais inumana, pode ressurgir.

Dissemos no princípio deste texto que a superioridade das análises de Trotsky forçaria a admiração do leitor. Mas o estudo dos seus escritos provoca muito mais a cólera e o desprezo do que a admiração. Como teria sido fácil tomar em conta as advertências de Trotsky e evitar assim o desastre. Moral da história: reconhecer o mal de forma a combatê-lo a tempo e com sucesso. A catástrofe alemã não se deve repetir. Ela não se repetirá!

II PARTE

O QUE É O FASCISMO?

de

L. Trotsky

(Selecção de textos)

O QUE É O FASCISMO *

O que é o fascismo? Esse nome tem a sua origem na Itália. Será que todas as formas de ditadura contra-revolucionária foram fascistas, ou não (quer dizer, todas as formas anteriores ao advento do fascismo na Itália)?

A antiga ditadura de Primo Rivera, que durou de 1923-30, é considerada pelo Komintern como sendo fascista. Correcta ou incorrecta mente? Cremos que incorrectamente.

O movimento fascista italiano era um movimento espontâneo e massivo, com novos dirigentes saídos das massas. Trata-se de um movimento plebeu na sua origem, dirigido e financiado por grandes potentados capitalistas, que se destacou da pequena-burguesia, do lumpen-proletariado, e mesmo, em certa medida das massas proletá-

* (Extractos de uma carta a um camarada inglês, de 15 de Novembro de 1931; reproduzida no «Militant», de 16 de Janeiro de 1932).

rias; Mussolini, um antigo socialista, é um «self made man» saído desse movimento.

Primo de Rivera era um aristocrata, que ocupava um alto posto militar e burocrático e era governador da Catalunha. Ele realizou o seu golpe com a ajuda de forças estatais e militares. As formas de ditadura existentes na Espanha e na Itália são totalmente diferentes. É necessário destrinçá-las uma da outra. Mussolini teve dificuldade em reconciliar muitas das velhas instituições militares com a milícia fascista, enquanto que esse problema não se pôs a Primo de Rivera.

O movimento na Alemanha é no essencial análogo ao italiano. É um movimento de massas, cujos dirigentes usam e abusam de demagogia socialista. Tal é necessário para a criação do movimento de massas.

A base genuína (do fascismo) é a pequena-burguesia. Na Itália, o fascismo tem uma ampla base — a pequena-burguesia das cidades e o campesinato. Na Alemanha, do mesmo modo, existe uma larga base para o fascismo. (...)

Pode dizer-se, e até certo ponto é verdade, que a nova classe média, os funcionários do Estado, os administradores privados, etc., podem constituir essa base. Mas essa é uma questão nova, que deve ser analisada. (...)

Para se prever alguma coisa a respeito do fascismo, é necessário esboçar uma definição desse conceito. O que é o fascismo? Qual é a sua base, a sua forma e as suas características? De

que maneira se verificará a sua evolução futura? É necessário proceder de forma científica e marxista.

COMO TRIUNFOU MUSSOLINI *

No momento em que a polícia e os recursos militares «normais» da ditadura burguesa, juntamente com os seus anteparos parlamentares deixam de ser suficientes para manter a sociedade numa situação de equilíbrio — é a hora da entrada em cena do regime fascista. Por meio das agências fascistas, o capitalismo põe em movimento as massas da pequena-burguesia enlouquecida e os bandos do lumpen-proletariado da pequena-burguesia, do lumpen-proletariado, degradado e desmoralizado, todos os inumeráveis seres humanos que o próprio capital financeiro levou ao desespero e à fúria.

A burguesia exige do fascismo um trabalho completo, uma vez que recorreu a métodos de guerra civil, ela pretende ter paz por um período de anos. E a agência fascista, utilizando a pequena-burguesia como ariéte, esmagando os obstáculos no seu caminho, executa de facto um trabalho completo. Após a vitória do fascismo, o capital financeiro concentra nas suas mãos, como num torno de aço, todos os órgãos e instituições

* (E agora? Questões vitais para o proletariado alemão, 1932).

de soberania, os poderes executivo, administrativo e educacional do Estado: todo o aparelho de Estado juntamente com o exército, as municipalidades, as universidades, as escolas, a imprensa, os sindicatos e as cooperativas. Quando um Estado se torna fascista, isso não quer dizer somente que as formas e métodos de governo mudem de acordo com o modelo estabelecido por Mussolini — em última análise, as mudanças a esse nível desempenham um papel secundário — mas que, geralmente em primeiro lugar, as organizações operárias são aniquiladas; que o proletariado é reduzido a um estado amorfo; e que é criado um sistema de administração que penetra profundamente nas massas e que serve para frustrar a cristalização independente do proletariado. É nisso que consiste a essência do fascismo...

O fascismo italiano foi o resultado directo da traição pelos reformistas do levantamento do proletariado italiano. Desde o fim da guerra que o movimento revolucionário na Itália experimentava um escenso que em Setembro de 1920, desembocou na ocupação de fábricas e empresas pelos operários. A ditadura do proletariado era uma realidade; o que faltava era tão-somente organizá-la e levá-la às suas últimas consequências. A social-democracia assustou-se e recuou. Depois de esforços audaciosos e heróicos, o proletariado encontrou-se perante o vazio. A derrocada do movimento revolucionário tornou-se no factor mais

importante do crescimento do fascismo. Em Setembro, a ofensiva revolucionária chegou a um ponto morto; em Novembro, assistiu-se já à primeira grande manifestação de forças dos fascistas (a conquista de Bolonha [1]).

É verdade que, mesmo depois da catástrofe de Setembro, o proletariado foi ainda capaz de sustentar combates defensivos. Mas a social-democracia só tinha uma preocupação: retirar os operários do campo de batalha, à custa de todas as concessões necessárias. A social-democracia esperava que a atitude dócil dos operários voltasse de novo a «opinião pública» burguesa contra os fascistas. Além de que os reformistas confiavam até na ajuda do rei Victor Emmanuel. Até ao último momento, coibiram com todas as suas forças os operários de dar batalha aos bandos de Mussolini. De nada lhes serviu. A coroa, ao lado da camada

[1] A campanha de violência começou em Bolonha em 21 de Novembro de 1920, quando os vereadores social-democratas, vencedores das eleições municipais ao apresentar o novo Presidente da Câmara, foram atingidos por tiros de pistola que provocaram dez mortos e cem feridos. Os fascistas prosseguiram com as suas «expedições punitivas» nos campos dos arredores, baluartes das «Ligas Vermelhas». «Esquadrões de acção» de camisas negras transportados em veículos fornecidos por grandes proprietários tomaram aldeias em raides relâmpago sovando e matando os dirigentes camponeses e operários, saqueando sedes operárias e aterrorizando a população. Encorajados pelos sucessos fáceis, os fascistas passaram então a lançar ataques em larga escala nas grandes cidades.

superior da burguesia passou-se para o lado do fascismo. Convencidos no último instante de que o fascismo não podia ser detido pela obediência, os social-democratas apelaram à greve geral. Mas a sua proclamação foi um fiasco. Os reformistas tinham molhado tanto a pólvora, com o medo de que explodisse, que, quando finalmente lhe chegaram com mão tremente um fósforo, a pólvora não se inflamou.

Dois anos depois de nascer, o fascismo estava no poder. Conseguiu reforçar as suas posições devido ao facto de que o primeiro período do seu domínio coincidiu com uma conjuntura económica favorável, que sucedeu à depressão de 1921-22. Os fascistas esmagaram o proletariado em retirada com as forças impetuosas da pequena-burguesia. Mas esse esmagamento não se fez de uma só vez. Mesmo depois de ter ascendido ao poder, Mussolini procedeu com a precaução devida: faltavam-lhe modelos pré-existentes. Durante os dois primeiros anos, nem a própria constituição foi alterada. O governo fascista tomou a forma de coalição. Entretanto, os bandos fascistas não tinham mãos a medir com os seus cacetes, facas e pistolas. O Estado fascista foi criado progressivamente, o que implicou o estrangulamento completo de todas as organizações de massas independentes.

Mussolini conseguiu-o à custa da burocratização do próprio partido fascista. Depois de se servir das forças ofensivas da pequena-burguesia, o fascismo estrangulou-a no torno do Estado burguês. Mussolini não podia ter feito outra coisa, dado que o desencantamento das massas que havia unificado se transformava para ele no perigo mais imediato. Burocratizado, o fascismo aproxima-se muito de outras formas de ditadura militar e policial, deixando de possuir a sua base social anterior. A reserva mais importante do fascismo — a pequena-burguesia — esgotou-se. Só a inércia histórica permite ao governo fascista manter o proletariado num estado de dispersão e desorientação (...).

A social-democracia alemã não acrescentou nada de seu na sua política em relação a Hitler, limitando-se a repetir mais ponderadamente tudo o que os reformistas italianos haviam realizado no seu tempo com maiores rasgos temperamentais. Estes explicaram o fascismo como uma psicose do pós-guerra; a social-democracia alemã vê nele a psicose «de Versalhes» ou a psicose da crise [2]. Em ambos os casos, os reformistas fecham os olhos ao carácter orgânico do fascismo como um movimento de massas que nasce do próprio declínio do capitalismo.

Receando a mobilização revolucionária dos operários, os reformistas italianos baseavam to-

---

[2] O Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha no fim da I Grande Guerra; a sua característica mais odiosa era o tributo sem fim pago aos aliados vitoriosos sob a forma de «reparações» de danos e perdas da guerra. A crise referida é a depressão económica que varreu o mundo capitalista depois da bancarrota de Wall Street em 1929.

das as suas esperanças no «Estado». A sua palavra-de-ordem era: «Socorro, Victor Emmanuel, intervém!» À social-democracia alemã falta um baluarte tão democrático como um monarca fiel à constituição. Por isso, tem de se contentar com um presidente — «Socorro, Hindenburg [3], intervém».

Ao mesmo tempo que dava batalha a Mussolini, isto é, que recuava à sua frente, Turati [4] lançou o seu brilhante lema: «É preciso ter a coragem de ser covarde [4]. Os reformistas alemães são menos frívolos na escolha das suas palavras-de-ordem. Exigem a «coragem de ser impopular» (Mutsur Unpopularität) — o que vem a dar no mesmo: não se deve recear a impopularidade levantada pela contemporização covarde com o inimigo.

As mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Se a marcha dos acontecimentos fosse determinada pela direcção do partido social-democrata, a carreira de Hitler estaria assegurada.

Porém, devemos admitir em abono da verdade que o Partido Comunista Alemão também não aprendeu grande coisa com a experiência italiana.

---

[3] Marechal-de-campo Paul von Hindenberg (1847--1934); general Junker que ganhou fama na primeira guerra mundial e que foi mais tarde presidente da República de Weimar. Em 1932 os social-democratas apoiaram a sua reeleição como «mal menor» em relação aos Nazis. Nomeou Hitler chanceler em Janeiro de 1933.

[4] Filippo Turati (1857-1932). Dirigente e teórico reformista do Partido Socialista Italiano.

O Partido Comunista Italiano surgiu quase ao mesmo tempo que o fascismo. Mas as mesmas condições de refluxo revolucionário que levaram os fascistas ao poder, refrearam o desenvolvimento do Partido Comunista. Este não se deu suficientemente conta das dimensões reais do perigo fascista; embalou-se a só próprio com ilusões revolucionárias; mostrou-se irreconciliavelmente hostil à política de frente única; em suma, sofria de todas as doenças infantis. Não admira! O PCI só tinha dois anos. A seus olhos, o fascismo não era mais do que «reacção capitalista». O Partido Comunista era incapaz de discernir os traços *particulares* do fascismo, que lhe eram conferidos pela mobilização da pequena burguesia contra o proletariado. Segundo camaradas italianos, o Partido Comunista, com a solitária excepção de Gramsci [5], nem sequer tomava em consideração a possibilidade de os fascistas tomarem o poder. Uma vez derrotada a revolução proletária, uma

---

[5] Antonio Gramsci (1891-1937). Um dos fundadores do Partido Comunista Italiano; preso por Mussolini em 1926, morreu na prisão onze anos mais tarde. Enviou da prisão uma carta, em nome do Comité Político do Partido Italiano em que protestava contra a campanha de Estaline contra a Oposição de esquerda. Togliatti, então em Moscovo como representante italiano no Komintern suprimiu a carta. Durante a era de Estaline a memória de Gramsci foi deliberadamente apagada. Contudo foi «redescoberto» pelo Partido Comunista Italiano no período de destalinização, e considerado um herói e mártir. Desde então os seus escritos teóricos, especialmente os seus cadernos da prisão, têm sido objecto de aclamação internacional.

vez que o capitalismo se manteve firme e a contra-revolução triunfou, que outra forma de sublevação contra-revolucionária pode haver? Como podia a burguesia sublevar-se contra ela própria! Tal era o âmago da orientação política do Partido Comunista Italiano. Apesar disso, não se deve perder de vista o facto de o fascismo italiano ser nessa altura um fenómeno novo, em pleno processo de formação; mesmo para um partido mais experiente, não teria sido tarefa fácil distinguir os seus traços específicos.

A direcção do Partido Comunista Alemão reproduz hoje quase literalmente a posição de que os comunistas italianos faziam o seu ponto de partida: o fascismo *não é mais* do que a reacção capitalista; do ponto de vista do proletariado, as diferenças entre as diversas formas de reacção capitalista são desprovidas de importância. Esse radicalismo vulgar é tanto menos desculpável quanto o Partido Alemão é muito mais antigo do que o era o italiano no período correspondente: suplementarmente, o marxismo está agora enriquecido pela trágica experiência italiana. Sustentar que o fascismo já chegou ou negar a própria possibilidade de ele chegar ao poder, reduz-se politicamente a uma e a mesma coisa. A ignorância da natureza específica do fascismo paraliza inevitavelmente a vontade de combatê-lo.

A responsabilidade principal incumbe necessariamente à direcção do Komintern. Mais do que todos os outros competia aos comunistas italianos

levantar as vozes e lançar o alarme. Mas Estaline, juntamente com Manuilsky [6] compeliu-os a desmentir as lições mais importantes da sua própria derrota. Já verificámos com que zelosa rapidez Ercoli [7] se passou para a posição do social-fascismo, isto é, para a posição de atentismo passivo da vitória fascista na Alemanha.

O PERIGO FASCISTA ESPREITA A ALEMANHA (*)

A imprensa oficial do Komintern descreve neste momento os resultados das eleições [de Setembro de 1930] na Alemanha como uma prodigiosa vitória do comunismo que colocaria na ordem do dia a palavra-de-ordem da «Alemanha Soviética». Os burocratas optimistas recusam-se a reflectir sobre a relação de forças revelada pelas

* (E agora? Questões vitais para o proletariado alemão, 1932).

[6] Dmitri Manuilsky (1883-1952). Encabeçou o Komintern de 1929 a 1934, tendo o seu afastamento anunciado a viragem do ultra-esquerdismo para o oportunismo do período das Frentes Populares. Apareceu mais tarde na cena diplomática, como delegado às Nações Unidas.

[7] Ercoli. Pseudónimo de Togliatti (1893-1964) nas publicações do Komintern. Dirigiu o Partido Comunista Italiano depois da prisão de Gramsci. Togliatti sobreviveu a todas as viragens da linha, mas após a morte de Estaline criticou o seu período de governo e alguns dos seus traços que se mantiveram na URSS e no movimento comunista internacional.

estatísticas eleitorais, examinando o dado do aumento da votação comunista independentemente das tarefas revolucionárias criadas pela situação e dos obstáculos que esta coloca. O Partido Comunista obteve cerca de 4 600 000 votos contra 3 300 000 em 1928. Do ponto de vista de mecânica parlamentar «normal», o ganho de 1 300 000 votos é considerável, mesmo se levarmos em conta o crescimento do número de eleitores. Mas o ganho do partido empalidece completamente ao lado do salto do fascismo de 800 000 para 6 400 000 votos. De não menor importância para a apreciação das eleições é o facto de a social-democracia, apesar de perdas substanciais, ter conservado os seus quadros principais e ter ainda recolhido um número de votos operários [8 600 000] consideravelmente superior ao do Partido Comunista.

Entretanto, se nos puséssemos a questão de qual a combinação de circunstâncias internacionais e internas capaz de voltar a classe operária para o comunismo com maior rapidez, não encontraríamos um exemplo de circunstâncias mais favoráveis para essa viragem do que a Alemanha de hoje: o nó do plano Young [8], a crise económica, a desintegração dos governantes, a crise do parlamentarismo, na terrível exposição a que se su-

[8] O Plano Young. De Owen D. Young, grande capitalista americano que foi agente-geral para as Reparações Alemãs nos anos vinte. No Verão de 1929 era presidente da conferência que adoptou o seu plano, vendendo o frustrado Plano Dawes, para «facilitar» o pagamento de reparações pela Alemanha.

jeita a social-democracia no poder. Do ponto de vista dessas circunstâncias históricas concretas, o peso específico do Partido Comunista na vida social do país, apesar do acréscimo de 1 300 000 votos, permanece proporcionalmente reduzido.

A debilidade das posições do comunismo está indissolvelmente ligada com a política e o funcionamento interno do Komintern; essa fraqueza aparece mais claramente se compararmos que as circunstâncias históricas actuais dele exigem.

É verdade que nem o próprio Partido Comunista esperava um acréscimo semelhante; mas isso só prova que sob o impacto dos erros e das derrotas, a direcção do Partido Comunista se desabituou dos grandes objectivos e perspectivas. Se ontem subestimava as suas próprias possibilidades, hoje subestima uma vez mais as dificuldades. Nessa via, um perigo é multiplicado pelo outro.

Entretanto, a primeira característica de um partido efectivamente revolucionário — é ser capaz de olhar a realidade de frente.

Para que da crise social possa nascer a Revolução Proletária é necessário que, para além de outras condições, se verifique uma viragem decisiva das classes pequeno-burguesas em direcção ao proletariado. Isso dará ao proletariado a oportunidade de se colocar à cabeça da nação como o seu dirigente.

As últimas eleições revelam — e é aí que reside o seu significado sintomático essencial — uma

viragem na direcção oposta. Sob o impacto da crise, a pequena-burguesia balançou não em direcção à revolução proletária mas em direcção à reacção imperialista mais extrema, arrastando atrás de si sectores consideráveis do proletariado.

O gigantesco crescimento do Nacional-Socialismo é a expressão de dois factores: uma profunda crise social que desequilibra as massas pequeno-burguesas, e a falta de um partido revolucionário desempenhando aos olhos das massas populares um papel de dirigente revolucionário. Se o Partido Comunista é o *partido da esperança revolucionária,* o fascismo, como movimento de massas, é o *partido do desespero contra-revolucionário.* Quando a esperança revolucionária galvaniza o conjunto das massas proletárias, estas arrastam inevitavelmente atrás de si na via da revolução sectores consideráveis e crescentes da pequena-burguesia. Precisamente a este respeito, revelaram um quadro simétrico: o desespero contra-revolucionário apoderou-se com tanta força das massas pequeno-burguesas que estas atraíram atrás de si largas camadas do proletariado... (...)

O fascismo tornou-se na Alemanha um perigo real, como uma expressão aguda da posição de impasse do regime burguês, do papel conservador da social-democracia nesse regime e da impotência acumulada do Partido Comunista em aboli-lo. Só os cegos ou os fanfarrões o poderão negar (...)

O perigo torna-se particularmente agudo no que toca aos ritmos de desenvolvimento, que não dependem unicamente de nós. Os acessos de febre

rejeitados pela curva das temperaturas políticas e revelados pelas últimas eleições parecem indicar que os ritmos de desenvolvimento da crise nacional podem tornar-se extremamente rápidos. Por outras palavras, o curso dos acontecimentos no futuro imediato, pode fazer ressuscitar na Alemanha, um outro plano histórico, a velha e trágica contradição entre a maturidade da situação revolucionária, por um lado, e a fraqueza e a impotência estratégica do partida revolucionário, por outro. É preciso dizê-lo claramente, abertamente, e, sobretudo, a tempo.

Moscovo deu já o sinal para uma política de prestígio burocrático que cubra os erros de ontem e prepare os de amanhã com falsas gritarias sobre o novo triunfo da linha. Ao mesmo tempo que exagera monstruosamente a vitória do Partido, que substima monstruosamente as dificuldades, iinterpretando inclusivamente o êxito do fascismo como um factor prático para a Revolução Proletária, a Pravda faz no entanto uma pequena reserva: «O sucesso do partido não nos deve subir à cabeça». A pérfida política da direcção estalinista é fiel a si própria, mesmo neste caso. A análise da situação é feita no espírito do ultra-esquerdismo acrítico. Nesse sentido, o Partido é empurrado conscientemente na via do aventureirismo. Ao mesmo tempo, Estaline prepara de antemão o seu alibi com a ajuda da frase ritual sobre a «vertigem do sucesso». É precisamente esta política míope sem escrúpulos que poderá arruinar a Revolução Alemã.

Será possível calcular de antemão a força da resistência conservadora dos operários social--democratas? Não. À luz dos acontecimentos do ano transacto, essa força parece ser gigantesca. Mas a verdade é que o que mais ajudou a coesionar a social-democracia foi a política errada do Partido Comunista, que encontrou a sua expressão suprema na teoria absurda do social-fascismo. Para medir a resistência real das fileiras social--democratas é necessário um padrão diferente, ou seja, uma táctica comunista correcta. Com essa condição — e não é pequena — o grau de unidade interna da social-democracia pode revelar-se num prazo comparativamente curto.

O que se disse acima aplica-se, também embora de uma forma diferente, ao fascismo: ele desenvolveu-se em condições diferentes, graças aos estremecimento da política de Zinoviev-Estaline [9]. Qual é a sua capacidade ofensiva? Qual o seu grau de estabilidade? Terá já atingido o ponto culminante como nos asseguram os optimistas ex-officio, [o Komintern e os Partidos Comunistas oficiais-N.T.A.] ou encontra-se ainda no primeiro degrau da escada? Isto não se pode prever mecanicamente. Só pode ser determinado pela acção. É precisamente a respeito do fascismo, que é uma navalha afiada nas mãos do inimigo de classe que uma política incorrecta do Komintern pode produzir resultados fatais e num prazo muito curto. Uma política correcta, pelo contrário — é verdade que não a um prazo tão curto — pode sapar as posições do fascismo. (...)

Se o Partido Comunista, apesar das circunstâncias particularmente favoráveis, se mostrou impotente para abalar a estrutura da social-democracia com a ajuda da fórmula do «social-fascismo», o verdadeiro fascismo ameaça agora essa estrutura, não com fórmulas verbais de um pretenso radicalismo, mas com as fórmulas químicas dos explosivos. Por mais verdadeiro que seja o facto de a social-democracia, por toda a sua política, ter preparado o florescimento do fascismo, não é menos verdade que o fascismo é uma ameaça mortal antes de mais nada para essa mesma social-democracia, cujo esplendor está indissolu-

[9] A estratégia de Zinoviev-Estaline. Gregory Y. Zinoviev (1883-1936), presidente do Komintern desde a sua fundação em 1919 até ao seu afastamento por Estaline em 1926. Após a morte de Lenine, Zinoviev e Kamenev fizeram um bloco com Estaline (a Troika) contra Trotsky, e dominaram o Partido soviético. No período do domínio de Zinoviev-Estaline no Komintern, uma linha oportunista conduziu a uma série de derrotas e de oportunidades falhadas, muito particularmente a capitulação da Revolução Alemã de 1923. Depois de romper com Estaline, Zinoviev uniu os seus seguidores à oposição de Esquerda de Trotsky. Mas em 1928, depois da expulsão do Partido da Oposição de Esquerda, Zinoviev capitulou ante Estaline. Readmitido no Partido foi novamente expulso em 1932. Depois de renunciar a todas as posições críticas foi de novo reintegrado; mas em 1934 foi expulso e preso. «Confessou» no primeiro dos grandes processos de Moscovo em 1936 e foi executado.

velmente ligado a formas e métodos de governo democrático parlamentares e pacifistas. (...)

A política de frente única operária contra o fascismo decorre desta situação, e abre tremendas possibilidades ao Partido Comunista. Porém, a condição para o êxito é a refeição da teoria e da prática do «social-fascismo», cuja nocividade se torna numa ameaça real nas circunstâncias presentes.

A crise social provocará inevitavelmente viragens profundas no seio da social-democracia. A radicalização das massas afectará os social-democratas. Teremos inevitavelmente que estabelecer acordos contra o fascismo com as diversas organizações e fracções social-democratas, pondo nesse campo, e perante os olhos das massas, condições precisas aos dirigentes. (...) É necessário abandonar a oca fraseologia oficial sobre a frente única e reatar com a política de frente única tal como foi formulada por Lenine e constantemente aplicada pelos bolcheviques em 1917.

UMA FÁBULA DE ESOPO *

Um marchante de gado levava os seus bois ao matadouro. O carniceiro aproxima-se com uma faca afiada. «Cerremos fileiras e trespassemos este carrasco com os chifres», sugere um dos bois.

* (E Agora? Questões vitais para o proletariado alemão, 1932).

«Mas em que é que o carniceiro é pior que o negociante que nos trouxe para aqui com a forquilha», responderam-lhe os bois que tinham recebido a sua educação no instituto de Mannilsky [10]. «Mas depois poderemos na mesma ajustar contas com o marchante!» «Nada feito», replicavam os bois de princípios ao que os aconselhava.» Tu só estás a dar uma capa de esquerda aos nossos inimigos — por isso também não passas de um social-carniceiro.»

E recusaram-se a cerrar fileiras.

A POLÍCIA E O EXÉRCITO ALEMÃO *

Em caso de perigo real, a social-democracia não deposita a sua confiança na «Frente de Ferro» [11] mas na polícia prussiana. É ignorar a realidade! O facto de a polícia ter sido inicialmente recrutada em larga medida entre operá-

[10] O instituto de Manuilsky é o Komintern. Ver nota 6.

* (E agora? Questões vitais para o proletariado alemão, 1932).

[11] A «Frente de Ferro» foi um bloco entre alguns grandes sindicatos e grupos «republicanos» burgueses com pouca adesão e prestígio entre as massas. Foi criada pelos social-democratas no final de 1931. Foram postos de pé grupos de combate dos sindicatos, denominados «Punho de Ferro», e foram integrados na Frente de Ferro organizações desportivas operárias. Contudo, a sua primeira «batalha» foi a campanha pela reeleição do Presidente Hindenburg. A Frente de Ferro organizou desfiles e comícios em que milhares de operários levantavam os

rios social-democratas, é absolutamente insignificante. Mesmo neste caso, a consciência é determinada pela existência. O operário que se torna num polícia ao serviço do Estado capitalista é um polícia burguês, não um operário. Nos últimos anos, esses polícias tiveram que se bater muito mais com operários revolucionários do que com estudantes nazis. Esse treino deixa necessariamente as suas marcas. E o essencial é que qualquer polícia sabe que embora os governos possam mudar, a polícia fica.

O órgão teórico da social-democracia, *Das Freie Wort* (que folha miserável!), publica na sua edição do Ano Novo um artigo em que a política de «tolerância» é exposta até às suas últimas consequências. Ao que parece, Hitler nunca poderá chegar ao poder contra a polícia e a Reichswehr [o exército alemão]. Ora, segundo a constituição, a Reichswehr está subordinada ao comando do presidente da República. Logo, o fascismo não oferece qualquer perigo enquanto um presidente fiel à constituição se mantiver à cabeça do Estado. O regime de Brüning [12] deve ser apoiado até às eleições presidenciais de forma a

seus punhos, gritavam «liberdade» e juravam defender a democracia. As massas do Partido social-democrata e dos sindicatos acreditavam realmente que essa organização seria usada para barrar o caminho a Hitler, o que não aconteceu.

[12] Heinrich Brüning (1885-?), chanceler de 1930 a 1932. O estado parlamentar normal terminou na Alemanha em Março de 1930. Seguiram-se uma série de regimes bonapartistas — Brüning, Von Papen, Schleicher, ou seja, chancelers que governavam não segundo os processos parlamentares normais mas por decretos de «emergência». Estas personagens bonapartistas arvoravam-se em salvadores necessários para conduzir o país através da crise, e portanto como que situados por cima das classes e partidos. Não dependiam do velho sistema partidário democrático-burguês mas do seu comando da polícia, do exército e da democracia estatal. Salvando pretensamente a nação da esquerda (socialistas e comunistas) e da direita (fascistas), dirigiram os seus mais duros golpes contra a esquerda, dado que o seu objecto primário era a salvação do capitalismo.

que um presidente constitucional possa então ser eleito, por meio de uma aliança com a burguesia parlamentar; e assim, será evitado o acesso de Hitler ao poder por mais sete anos. (...)

Os políticos do reformismo, esses habilidosos prestidigitadores, destros intriguistas e carreiristas, experimentados manobristas parlamentares e ministeriais, mostram-se — não há expressão mais suave — bufões ineptos, logo que a marcha dos acontecimentos os projecta para fora da sua esfera habitual e os confronta com factos importantes.

Confiar num presidente não é mais do que confiar no «estado». Confrontada com o choque iminente entre o proletariado e a pequena-burguesia fascista — dois campos que, em conjunto, compreendem a esmagadora maioria da nação alemã — esses marxistas do Vorwärts [13] ganem

[13] O «Vorwärts» era o principal jornal social-democrata.

ao guarda-nocturno para que lhes venha em socorro: «Estado, intervém!» (staat, greif zu!).

BURGUESIA, PEQUENA-BURGUESIA E PROLETARIADO *

Uma análise séria da situação política deve tomar como ponto de partida as relações recíprocas entre as três classes: a burguesia, a pequena-burguesia (incluindo o campesinato) e o proletariado.

A grande burguesia economicamente poderosa representa em si uma minoria infinitesimal da nação. Para alicerçar a sua dominação, ela tem que manter relações recíprocas bem definidas com a pequena-burguesia e, através desta, com o proletariado.

Para compreender a dialéctica das relações entre as três classes é necessário diferenciar três etapas históricas: a aurora do desenvolvimento capitalista, em que a burguesia necessitava de métodos revolucionários para resolver as suas tarefas; o período do florescimento e da maturidade do regime capitalista, em que a burguesia dotava a sua dominação de formas ordeiras, pacíficas, conservadoras, democráticas; finalmente, o declínio do capitalismo, em que a burguesia é obrigada a recorrer a métodos de guerra civil

* (O único caminho, Setembro de 1932).

contra o proletariado para proteger o seu direito à exploração.

Os programas políticos característicos dessas três etapas — o *jacobinismo* [14], a *democracia reformista* (incluindo a social-democracia), e o *fascismo* — são fundamentalmente programas de correntes pequeno-burguesas. Esse facto por si só, mais do que qualquer outra coisa mostra qual a tremenda — ou melhor, qual a decisiva — importância da auto-determinação das massas pequeno-burguesas do povo para o destino do conjunto da sociedade burguesa.

Contudo, as relações entre a burguesia e a sua base social fundamental, a pequena-burguesia, não assentam de modo algum na confiança recíproca e na colaboração pacífica. Na sua massa, a pequena-burguesia é uma classe explorada e privada de direitos, que olha a burguesia com inveja e muitas vezes com ódio. A burguesia, por seu lado, ao mesmo tempo que utiliza o apoio da pequena-burguesia, desconfia dela dado que receia a justo título a sua tendência para destruir as barreiras que lhe são impostas de cima.

Ao mesmo tempo que abriam e limpavam o caminho para o desenvolvimento burguês, os jacobinos envolveram-se a cada passo em choques brutais com a burguesia. Serviam-na lutando

[14] Os Jacobinos eram a ala esquerda das forças pequeno-burguesas na Grande Revolução Francesa. Na sua época mais revolucionária foram dirigidos por Robespierre.

intransigentemente contra ela. Depois de desempenhado o seu papel histórico limitado, os jacobinos cairam porque a dominação do capital estava pré-determinada.

Ao longo de toda uma série de etapas a burguesia afirmou o seu poder sob a forma de democracia parlamentar. Mesmo então, não o fez pacífica e voluntariamente. A burguesia tinha um medo mortal do sufrágio universal. Mas em última instância, acabou com a ajuda de uma combinação de medidas violentas e de concessões, de privações e de reformas, por conseguir subordinar no quadro da democracia formal não só a pequena-burguesia mas em larga medida também o proletariado, através da nova pequena-burguesia — a aristocracia operária. Em Agosto de 1914 [15] a burguesia imperialista foi capaz de, por meio da democracia parlamentar, conduzir milhões de operários e componeses à guerra.

Mas é precisamente com a guerra que começa claramente o declínio do capitalismo e, sobretudo, da sua forma de dominação democrática. Daí em diante não se trata já de conceder reformas e esmolas, mas de suprimir e abolir as antigas. Desse modo, a burguesia entra em conflito não só

[15] 4 de Agosto de 1914 foi a data da capitulação da Segunda Internacional. Nessa data, os representantes do Partido Social-Demacrata Alemão no Reichstag votaram o orçamento de guerra do governo imperialista; no mesmo dia, representantes do Partido Socialista Francês fizeram o mesmo na Câmara dos Deputados.

com as instituições da democracia proletária (sindicatos e partidos políticos) mas também com a democracia parlamentar em cujo quadro se ergueram as organizações operárias. É por isso que surge a campanha contra o «Marxismo» por um lado e contra o parlamentarismo democrático por outro.

Mas tal como as cúpulas dirigentes da burguesia liberal foram incapazes no seu tempo, de eliminar por si sós o feudalismo, a monarquia e a igreja, também os magnates do capital financeiro são incapazes, *por si sós*, de derrotar o proletariado. Precisam do apoio da pequena-burguesia. Para esse fim, ela tem que ser fustigada, posta em pé de guerra, mobilizada, armada. Mas esse método tem os seus perigos. Ao mesmo tempo que utiliza o fascismo, a burguesia receia-o. Pilsudsky [16] viu-se obrigado, em Maio de 1926, a salvar a sociedade burguesa por meio de um *golpe de Estado* directamente dirigido contra os partidos tradicionais da burguesia polaca. A coisa foi tão longe que o dirigente oficial do Partido Comunista Polaco, Warsky [17], que passou de Rosa

[16] Joseph Pilsudsky (1876-1935). Originalmente socialista com posições nacionalistas; em 1920 conduziu as forças anti-soviéticas na Polónia; em 1926 dirigiu um golpe de Estado e estabeleceu uma ditadura fascista.

[17] A. Warsky, amigo de Rosa Luxemburgo, defendeu-a nos diferentes com os bolcheviques. Quando o Komintern ziguezagueou para a esquerda na fase do Terceiro Período», Warsky foi demitido da direcção do Partido Comunista Polaco, mas não foi expulso. Desapareceu na URSS durante a grande purga de 1936-38.

Luxemburgo não para Lenine, mas para Estaline, tomou o golpe de Estado de Pilsudsky pela via da «ditadura democrática revolucionária» e chamou os operários a apoiar Pilsudsky.

Na sessão da comissão polaca do Comité Executivo da Internacional Comunista em 2 de Julho de 1926, o autor destas linhas disse a propósito dos acontecimentos na Polónia:

«Tomado globalmente, o golpe de Pilsudsky é a maneira pequena-busguesa, «plebeia», de resolver os problemas candentes da sociedade burguesa prestes a decompôr-se e em declínio. Temos já aqui uma semelhança directa com o fascismo italiano.

«Estas duas correntes possuem indubitavelmente traços comuns: recrutam as suas tropas de choque em primeiro lugar na pequena-burguesia; Pilsudsky tal como Mussolini actuou com métodos extra-parlamentares, com a violência aberta, com métodos de guerra civil; ambos tiham como fim a preservação e não a destruição da sociedade burguesa. Se num primeiro momento puseram em pé de guerra a pequena-burguesia, logo se alinharam, após a tomada do poder, com a grande burguesia. Involuntariamente impõe-se-nos aqui uma generalização histórica, lembrando a apreciação feita por Marx do jacobinismo, como o método plebeu de ajuste de contas com os inimigos feudais da burguesia... Era *a época do ascenso da burguesia*. Podemos agora dizer, na *época do declínio* da sociedade burguesa, que a burguesia precisa novamente do método «plebeu»

de resolver as suas tarefas, que já não são progressivas mas inteiramente reaccionárias. Neste sentido, ***o fascismo é uma caricatura do jacobinismo.***

«A burguesia é incapaz de se manter no poder com os meios e métodos do Estado parlamentar por ela própria criado; precisa do fascismo como uma arma de auto-defesa, pelo menos em situações críticas. Contudo, a burguesia não gosta do método «plebeu» de resolver as suas tarefas. Ela sempre foi hostil ao jacobinismo, que abriu sanguinolentamente o caminho para o desenvolvimento da sociedade burguesa. Os fascistas estão incomensuravelmente mais próximos da burguesia decadente do que os jacobinos da burguesia em ascensão. Porém, a burguesia sensata e moderada não vê com muito agrado a maneira fascista de resolver os seus problemas, dado que choques, ainda que se verifiquem no interesse da sociedade burguesa, não deixam de comportar riscos. Daí a oposição entre o fascismo e os partidos burgueses.

«A grande burguesia gosta tanto do fascismo como um homem com dores de dentes gosta que

---

[18] Rosa Luxemburgo (1870-1919). Grande teórica e dirigente revolucionária. Inicialmente activa no movimento socialista da sua Polónia natal, tornou-se mais tarde dirigente da ala esquerda do Partido social-democrata alemão. Ela e Karl Liebkenecht foram presos por se oporem à I Grande Guerra. Depois da sua libertação, dirigiram o Spartakusbund. Foram ambos presos e assassinados durante a malograda Revolução de 1919.

lhos arranquem. Os círculos respeitáveis da sociedade burguesa seguiram com desconfiança o trabalho do dentista Pilsudsky, mas em última análise conformaram-se com o inevitável, embora com ameaças, com regateios e todas as espécies de traficâncias. Assim, o que era ontem o ídolo da pequena-burguesia transforma-se em polícia do capital.»

A esta tentativa de delimitar o espaço histórico do fascismo como o instrumento de dominação que rende a social-democracia, foi contraposta a teoria do social-fascismo. Inicialmente, ela podia parecer uma estupidez pretensiosa e jactanciosa mas inofensiva. Os acontecimentos subsequentes mostraram a influência perniciosa exercida pela teoria estalinista sobre a evolução global da Internacional Comunista.

É necessário concluir do papel histórico do jacobinismo, da democracia e do fascismo que a pequena-burguesia está condenada a continuar a ser até ao fim dos seus dias um instrumento nas mãos do capital? Se isso fosse verdade, a ditadura do proletariado seria impossível numa série de países em que a pequena-burguesia constitui a maioria da nação, e, mais do que isso, tornar-se-ia extremamente difícil noutros países em que a pequena-burguesia representa uma importante minoria. Felizmente, isso não é um facto. A experiência da Comuna de Paris [19] mostrou pela

[19] A Comuna de Paris foi a primeira ditadura do proletariado. No fim da guerra franco-prussiana o povo

primeira vez, pelo menos à escala de uma cidade, tal como a experiência da Revolução de Outubro [20] o mostrou depois a uma escala muito superior e ao longo de um período incomparaelmente maior, que a aliança da pequena-burguesia com a grande burguesia não é indissolúvel. Como a pequena-burguesia é incapaz de prosseguir uma política *independente* (é também por isso que a «ditadura democrática» da pequena-burguesia é irrealizável), não tem outra solução senão escolher entre a burguesia e o proletariado.

Na época do ascenso, do crescimento e do florescimento do capitalismo, a pequena-burguesia, apesar de fortes acessos de descontentamento, manteve-se em geral atrelada à carroça capitalista. Nem podia fazer outra coisa. Mas nas condições da desintegração capitalista e do impasse da situação económica, a pequena-burguesia luta, procura, tenta libertar-se dos grilhões que a prendem aos velhos senhores e dominadores da sociedade. Ela é perfeitamente capaz de ligar o seu destino ao do proletariado. Para tal basta uma condição: que a pequena-burguesia se convença da capacidade do proletariado de dar à sociedade um novo rumo. Essa convicção,

de Paris dirigido por organizações operárias criou o seu próprio governo e resistiu aos esforços do governo burguês de Versalhes para o desarmar. A Comuna resistiu aos ataques do exército de Versalhes de 18 de Março de 21 de Maio de 1871, altura em que foi esmagada.

[20] A Revolução de Outubro foi a Revolução bolchevique.

o proletarado só lha pode inspirar pela sua força, pela firmeza das suas acções, por uma hábil ofensiva contra o inimigo, pelo êxito da sua política revolucionária.

Mas ai se o partido revolucionário não está à altura da situação! A luta quotidiana do proletariado agudiza a instabilidade da sociedade burguesa. As greves e as perturbações políticas agravam a situação económica do país. A pequena-burguesia poder-se-ia conformar temporariamente com as crescentes privações desde que chegasse pela experiência à convicção de que o proletariado é capaz de a conduzir numa nova senda. Mas se o partido revolucionário, apesar da agudização ininterrupta da luta de classes, se mostra sucessivamente incapaz de unir a classe operária à sua volta, se vacila, tergiversa e se contradiz, então a pequena-burguesia perde a paciência e começa a ver nos operários revolucionários os responsáveis pela sua própria miséria. Todos os partidos burgueses, incluindo a social-democracia, procuram convencê-la desse facto. E é quando a crise social começa a adquirir uma intensidade insuportável que um partido especial aparece em cena com o objectivo declarado de aquecer ao rubro a pequena-burguesia e de dirigir o seu ódio e o seu desespero contra o proletariado. Na Alemanha, essa função histórica é desempenhada pelo Nacional-Socialismo (Nazismo), uma imensa corrente cuja ideologia se compõe de todas as exalações pútridas da sociedade burguesa em decomposição.

O COLAPSO DA DEMOCRACIA BURGUESA *

Depois da guerra verificaram-se uma série de revoluções brilhantemente vitoriosas na Rússia, na Alemanha, na Áustria-Hungria e mais tarde na Espanha. Mas foi unicamente na Rússia que o proletariado tomou o poder em mãos, expropriou os exploradores e conseguiu criar e manter um Estado operário. Em todos os outros casos, o proletariado, mau grado a sua vitória, parou a meio caminho devido aos erros das suas direcções. O resultado foi que o poder lhe escapou das mãos, passou da esquerda para a direita e ficou à mercê do fascismo. Numa série de outros países o poder passou para as mãos de uma ditadura militar. Os parlamentos não foram capazes em nenhum caso de reconciliar as contradições de classe e de assegurar um desenvolvimento pacífico dos acontecimentos. Os conflitos resolveram-se de armas na mão.

O povo francês julgou durante muito tempo que o fascismo nada tinha a ver com o seu país, uma vez que este era uma república em que todas as questões eram tratadas pelo povo soberano através do sufrágio universal. Mas a 6 de Fevereiro de 1934 vários milhares de fascistas e realistas, armados de revólveres, cacetes e navalhas impuseram ao país o governo reaccionário de

* (Para onde vai a França, 1934).

Doumergue [21], sob cuja protecção os bandos fascistas continuam a crescer e a armar-se. O que nos prepara o dia de amanhã?

É um facto que na França, como noutros países europeus (na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda, na Suíça, nos países escandinavos), existem ainda parlamentos, eleições, liberdades democráticas ou os seus vestígios. Mas em todos esses países a luta de classes exacerba-se, tal como aconteceu anteriormente na Itália e na Alemanha. Os que se consolam com a frase «A França não é a Alemanha» estão perdidos. As mesmas leis históricas, as leis do declínio capitalista, operam em todos os países. Se os meios de produção continuarem nas mãos de um pequeno número de capitalistas, não haverá qualquer saída para a sociedade, que estará condenada a passar de crise para crise, da privação para a miséria, de mal para pior. A decrepitude e a desintegração do capitalismo expressam-se nos diversos países segundo formas diversas e a rirtmos desiguais. Mas os traços gerais do processo são os mesmos em todo o lado. A burguesia dirige a sua sociedade para a bancarrota completa. Não é capaz de garantir ao povo nem o pão nem a paz. É por isso que ele já deixou de poder tolerar a ordem democrática, e é obrigada a esmagar os operários através do uso da violência física. Contudo, é impossível pôr termo ao descontentamento dos operários e camponeses unicamente por meio da política. Mais do que isso, por vezes é mesmo impossível fazer o exército marchar contra o povo: ele começa por desintegrar-se e acaba com a passagem de uma grande parte dos soldados para o lado do povo. É por isso que o capital financeiro se vê na necessidade de criar bandos armados especiais treinados para lutar contra os operários tal como certas raças de cães são treinados para caçar. A função histórica do fascismo é o esmagamento da classe operária, a destruição das suas organizações e a supressão das liberdades políticas no momento em que os capitalistas se mostram incapazes de governar e de dominar com a ajuda da mecânica democrática.

[21] Gaston Doumergue, o primeiro-ministro bonapartista da França que sucedeu a Édouard Daladier (o governo de Deladier caiu no dia dos distúrbios fascistas de 6 de Fevereiro de 1934). Ver a nota 12.

Os fascistas encontram principalmente na pequena burguesia o material humano de que precisam. Completamente arruinada pelo grande capital, não há para ela qualquer saída na ordem social actual, mas ela não conhece nenhuma outra. O seu descontentamento, a sua indignação e o seu desespero são desviados do grande capital e virados contra os operários pelos fascistas. Pode-se dizer que o fascismo é o acto de colocar a pequena-burguesia à disposição dos seus piores inimigos. Nesse sentido, o grande capital arruína as classes médias e, em seguida, com a ajuda de demagogos fascistas contratados, incita o pequeno-burguês desesperado contra o operário.

O regime burguês já só pode preservado por método contra o operário. O regime burguês já só pode ser preservado por métodos tão assassinos como estes. Por quanto tempo? Até ser derrubado pela revolução proletária.

A PEQUENA-BURGUESIA TEM MEDO DA REVOLUÇÃO? *

Os cretinos parlamentares que gostam de se fazer passar por conhecedores do povo não perdem uma ocasião para repetir: «É necessário não assustar as classes médias com a Revolução. Elas não gostam de extremos». Nesta formulação geral, esta afirmação é absolutamente falsa. É evidente que o pequeno proprietário prefere a ordem enquanto os negócios forem andando bem e enquanto espera que melhorarão mais ainda no futuro.

Mas uma vez perdida essa esperança ele enraivece-se facilmente e é capaz de se passar para as medidas mais radicais. De outro modo, como poderia ter derrubado o Estado democrático e levado o fascismo ao poder na Itália e na Alemanha? A pequena-burguesia enraivecida vê no fascismo, acima de tudo, uma força combativa contra o grande capital e acredita que, ao contrário dos partidos operários que só dão à língua, o fascismo usará a força para estabelecer uma

* (Para onde vai a França, 1934).

maior «justiça». O camponês e o artesão são realistas à sua maneira. Compreendem que não se pode deixar de usar a força.

É falso, é três vezes falso afirmar que a pequena-burguesia actual não se volta para os partidos operários porque teme« medidas extremas». É precisamente o contrário. A pequena-burguesia inferior, as suas amplas massas, só vêem nos partidos operários aparelhos parlamentares. Não acreditam na sua força nem na sua capacidade de lutar, nem na sua vontade em, desta vez, levar o combate até ao fim.

E se é assim, valerá a pena substituir os representantes democráticos dos capitalistas pelos seus confrades parlamentares da esquerda? É assim que raciocina ou sente o proprietário semi--expropriado, arruinado e descontente. Sem se compreender esta psicologia dos camponeses, dos artesãos, dos empregados, dos pequenos funcionários, etc. — uma psicologia que decorre da crise social — é impossível elaborar uma política correcta. A pequena-burguesia é economicamente dependente e politicamente atomizada. É por isso que não pode conduzir uma política independente. Precisa de um «dirigente» que lhe inspire confiança. Essa direcção individual ou colectiva, ou seja, um personagem ou um partido, pode ser-lhe dada por uma ou pela outra das classes fundamentais — a grande burguesia ou o proletariado. O fascismo unifica e arma as massas dispersas. De poeira humana organiza destacamentos de combate, dando assim à pequena-burguesia a ilu-

são de ser uma força independente. Esta começa a pensar que passará realmente a controlar o Estado. Não é de admirar que estas ilusões e esperanças subam à cabeça da pequena-burguesia!

Mas a pequena burguesia também pode encontrar um chefe na pessoa do proletariado. Isso foi demonstrado na Rússia e parcialmente na Espanha. Na Itália, na Alemanha e na Áustria, a pequena burguesia gravitou nessa direcção. Mas os partidos do proletariado não estiveram à altura da sua tarefa histórica.

Para trazer a pequena-burguesia para o seu campo, o proletariado tem de ganhar a sua confiança. E para isso tem de ter confiança na sua força.

Precisa de ter um programa de acção claro e de estar pronto para lutar pelo poder por todos os meios possíveis. Temperado pelo seu partido revolucionário para um combate decisivo e impiedoso, o proletariado diz aos camponeses e à pequena-burguesia das cidades: «Nós estamos a lutar pelo poder. Este é o nosso programa. Estamos prontos a discutir convosco alterações a fazer nesse programa. Só empregaremos a violência contra o grande capital e os seus lacaios, mas convosco, trabalhadores, desejamos concluir uma aliança com base num determinado programa. Os camponeses compreenderão esta linguagem. Simplesmente, têm de ter fé na capacidade do proletariado para tomar o poder.

Mas para tal é necessário expurgar a Frente Única de todos os equívocos, de todas as indecisões, de todas as frases vazias. É necessário compreender a situação e comprometer-se seriamente na via da luta revolucionária.

A MILÍCIA OPERÁRIA E OS SEUS ADVERSÁRIOS *

Para lutar é necessário conservar e reforçar os instrumentos e meios de luta — as organizações, a imprensa, os comícios, etc. O fascismo [em França-N. T. A.] ameaça tudo isso directa e imediatamente. É ainda demasiado fraco para lutar directamente pelo poder, mas já é suficientemente forte para tentar abater passo a passo as organizações operárias, para temperar os seus bandos nesses seus ataques e para espalhar nas fileiras operárias e desânimo e a falta de confiança nas suas próprias forças. Além disso, o fascismo encontra aliados inconscientes em todos os que afirmam que a «luta física» é inadmissível e sem esperança e exigem de Doumergue o desarmamento da sua guarda fascista. Especialmente na situação actual nada é tão perigoso para o proletariado como o veneno dos fascistas do que o «pacifismo» mole da parte das organizações operárias. Nada destrói tanto a confiança das classes médias na classe operária como a contemporização, a passividade e a falta de vontade de lutar.

* (Para onde vai a França, 1934).

«Le Populaire» [o jornal do Partido Socialista-N. T. A.] escreveu todos os dias: «A frente única é uma barreira contra o fascismo»; «a frente única não permitirá...»; «os fascistas não se atreverão...»; etc. Isto são frases. É necessário dizer categoricamente aos operários, socialistas e comunistas: não vos deixeis embalar pelas frases de jornalistas e oradores superficiais e irresponsáveis. O que está em jogo são as vossas cabeças e o socialismo». Não que neguemos a importância da Frente Única. Nós exigimo-la quando os dirigentes de ambos os partidos a recusavam. A Frente Única abre numerosas *possibilidades*, mas nada mais do que isso. Só a luta de massas poderá decidir. A Frente Única revelará o seu valor quando destacamentos comunistas acorrerem a ajudar destacamentos socialistas e vice-versa, em caso de ataque ao «Le Populaire» ou ao «L'Humanité» pelos bandos fascistas. Mas para isso os destacamentos proletários de combate têm de existir e de ser educados, treinados e armados. E se não houver uma organização de defesa, isto é, uma milícia operária, o «Le Populaire» e o «L'Humanité» poderão escrever os artigos que quiserem sobre a omnipotência da Frente Única, mas os dois jornais encontrar-se-ão indefesos perante o primeiro ataque bem preparado dos fascistas.

Propomo-nos fazer um estudo crítico dos «argumentos» e das «teorias» dos adversários da milícia operária, que são muito numerosos e influentes nos dois partidos operários.

«Precisamos da auto-defesa de massas e não da milícia», dizem-nos muitas vezes. Mas o que é essa «auto-defesa de massas» sem organizações de combate, sem quadros especializados, sem armas? Remeter para as massas desorganizadas e impreparadas entregues a si próprias a defesa contra o fascismo, seria desempenhar um papel incomparavelmente mais baixo que o de Pôncio Pilatos. Negar o papel da milícia é negar o papel da vanguarda. Então, para quê um partido? Sem o apoio das massas, a milícia não é nada. Mas sem destacamentos de combate organizados, as massas mais heróicas serão esmagadas passo a passo pelos bandos fascistas. É um absurdo contrapôr a milícia à auto-defesa. A milícia é um órgão de auto-defesa.

«Apelar à organização de uma milícia» dizem alguns adversários, que são naturalmente os menos sérios e honestos, «é uma provocação». Isso não é um argumento, é um insulto. Se a necessidade da defesa das organizações operárias decorre da situação no seu conjunto, como então não apelar à formação da milícia? Talvez queiram dizer que a criação de uma milícia «provocará» ataques fascistas e a repressão governamental. Nesse caso, é um argumento absolutamente reaccionário. O liberalismo sempre disse aos operários que como a sua luta de classes eles só «provocavam» a reacção.

Os reformistas repetiram esta acusação contra os marxistas, os mencheviques contra os bolcheviques. Estas acusações reduziam-se em última

análise à profunda ideia de que se os oprimidos não se mexerem, os opressores não se verão na contingência de os abater. Essa é a filosofia de Tolstoi e de Gandhi mas nunca a de Marx e de Lenine se o «L'Humanité» quiser depois disto desenvolver a doutrina da «não resistência ao mal pela violência», deverá tomar como símbolo não o martelo e a foice, o emblema da Revolução de Outubro, mas a piedosa cabra que alimenta Gandhi com o seu leite.

«Mas o armamento dos operários só é oportuno numa situação revolucionária, que ainda não existe». Este profundo argumento significa que os operários devem deixar-se massacrar até a situação se tornar revolucionária. Os que ontem pregavam o «terceiro período» [22] não querem ver o que se passa diante dos seus olhos. A própria questão do armamento só se pôs porque a situação «pacífica», «normal» e «democrática» deu lugar a uma situação tempestuosa, crítica e instável que se pode transformar tão depressa numa situação revolucionária como numa situação contra-revolucionária.

A alternativa depende sobretudo de os operários avançados se deixarem atacar impunemente e derrotar passo a passo a passo ou responderem

[22] O «terceiro período», segundo o esquema estalinista, era o período final do capitalismo, o período da sua morte imediata iminente e de sua substituição pelos sovietes. Foi marcado pela táctica ultra-esquerdista e aventureirista dos comunistas, e muito particularmente pelo conceito de social-fascismo.

a cada golpe com dois, levantando a coragem dos oprimidos e unindo-os em volta da sua bandeira. Uma situação revolucionária não cai do céu aos trambulhões, toma forma com a participação activa da classe revolucionária e do seu partido.

Os estalinistas franceses argumentam agora que a milícia não salvaguardou o proletariado alemão da derrota. Ainda ontem negavam completamente qualquer derrota na Alemanha e asseveravam que a política dos estalinistas alemães era correcta do princípio ao fim. Hoje vêem todo o mal na milícia operária alemã (Rote Front) [23]. Assim saltam de um erro para outro diametralmente oposto e não menos monstruoso. A milícia em si não resolve a questão. *É necessário uma política correcta.* Entretanto a política do estalinismo na Alemanha («o social-fascismo é o inimigo principal», a cisão nos sindicatos, o namoro com o nacionalismo, o putschismo) levou fatalmente ao isolamento da vanguarda proletária e à sua ruína. Com uma estratégia que nada valia, nenhuma milícia podia ter salvo a situação.

É absurdo dizer-se que a organização da milícia em si mesma leva à aventura, provoca o inimigo, substitui a luta política pela luta física, etc. Estas frases não contêm nada a não ser covardia política.

[23] Rote Front (Frente Vermelha). Milícia hegemonizada pelos comunistas banida pelo governo social-democrata depois dos incidentes do 1.° de Maio em Berlim em 1929.

A milícia como forte organização da vanguarda é de facto a defesa mais segura contra as aventuras, contra o terrorismo individual, contra explosões espontâneas e sanguinárias.

A milícia é ao mesmo tempo a única via segura para reduzir ao mínimo a guerra civil que o fascismo impõe ao proletariado. Deixem os operários, apesar da ausência de uma «situação revolucionária», corrigir os patriotas «filhos-família» à sua maneira, e o recrutamento de novos bandos fascistas tornar-se-á incomparavelmente mais difícil.

Mas os estrategas enredados aqui no seu próprio raciocínio adiantam contra nós argumentos ainda mais espantosos. Citamos textualmente: «Se respondermos aos tiros de revólver dos fascistas com outros tiros de revólver», escreve o «L'Humanité» de 23 de Outubro [de 1934-N. T. A.],» perdemos de vista o facto de que o fascismo é com todo o sistema que nos defrontamos.» É difícil acumular maior confusão ou mais erros em tão poucas linhas. É impossível defendermo-nos contra os fascistas porque estes são... «um produto do regime capitalista». Isso quer dizer que teremos que renunciar a toda a luta, dado que os males sociais contemporâneos são «produtos do sistema capitalista».

Quando os fascistas assassinam um revolucionário ou incendeiam a sede de um jornal proletário, os operários devem suspirar filosoficamente: «Ah! Os assassinos e os fogos postos são produto do sistema capitalista», e ir para casa

com a consciência tranquilizada. A prostração fatalista é substituída à teoria militante de Marx, unicamente em proveito do inimigo de classe. A ruína da pequena-burguesia é, evidentemente, produto do capitalismo. O crescimento dos bandos fascistas é, por seu lado, produto da ruína da pequena-burguesia. Mas por outro lado, o aumento da miséria e da revolta do proletariado são também produto do capitalismo, e a milícia, por seu lado, é produto da exacerbação da luta de classes. Porque é então que para os «marxistas» do «L'Humanitaire» os bandos fascistas são o produto legítimo do capitalismo e a milícia operária é um produto ilegítimo dos... trotskistas? É impossível compreender seja o que for no meio de confusão semelhante.

«Temos que encarar o sistema no seu conjunto» dizem-nos. Como? Por cima da cabeça dos seres humanos? Os fascistas começaram nos diferentes países com os seus revólveres e acabaram destruindo o «sistema» das organizações operárias no seu conjunto. Que outra maneira há de refrear a ofensiva armada do inimigo do que a defesa armada visando, por sua vez, passar à ofensiva?

O «L'Humanité» admite agora a defesa em palavras, mas só sob a forma da «auto-defesa de massas». A milícia é nociva porque, estão a ver, separa os destacamentos de combate das massas. Mas porque existem então destacamentos armados independentes entre os fascistas, que não estão isolados das massas reaccionárias, mas

que, pelo contrário, levantam a coragem e estimulam essas com os seus ataques bem organizados? Ou será talvez que as massas proletárias são em disposição combativa, inferiores à pequena-burguesia desclassificada

Enredado desesperadamente nas suas contradições, o «L'Humanité» começa finalmente a hesitar: parece que a auto-defesa das massas exige a criação do «grupos especiais de auto-defesa». Em vez da milícia rejeitada, propõem-se destacamentos ou grupos especiais. À primeira vista poderia parecer que só há uma diferença de nome. O nome proposto pelo «L'Humanité» não tem seguramente qualquer significado. Pode falar-se de «auto-defesa de massas» mas é impossível falar de «Grupos de auto-defesa», dado que o objectivo desses grupos não é o de se defenderem a si próprios mas o de defender as organizações operárias. Todavia, não se trata naturalmente de uma questão de nome. Os «Grupos de auto-defesa», segundo o «L'Humanité» devem renunciar ao uso de armas de fogo a não cair no «putschismo». Estes sábios tratam o movimento operário como uma criança a quem não se pode deixar uma faca nas mãos. Além disso, como sabemos, as facas são monopólio dos Camelots du Roi [24], que são um produto legítimo do capitalismo, e que, com

[24] Camelots du Roi eram monarquistas franceses agrupados à volta do jornal «Action Française» de Charles Maurras, que se caracterizava pelas suas posições violentamente anti-democráticas.

a ajuda de facas derrubavam o «sistema» da democracia. Em todo o caso, como é que os «Grupos de auto-defesa» se irão defender contra os revólveres fascistas? «Ideologicamente», claro. Por outras palavras: só lhes resta esconderem-se. Não tendo à mão aquilo de que necessitam, terão que procurar a «auto-defesa» nas pernas. E entretanto os fascistas saquearão impunemente as organizações operárias. Mas se o proletariado sofrer uma derrota terrível não se terá em qualquer dos casos tornado culpado de «putschismo». Esta fraseologia fraudelenta agitada à sombra da bandeira do «bolchevismo» não causa mais do que repugnância e desprezo.

Durante o «terceiro período» de feliz memória, quando os estrategas do «L'Humanité» estavam sob o efeito do delírio das barricadas, quando «conquistavam» as ruas todos os dias e chamavam «social-fascista» a todos os que não partilhassem das suas extravagâncias, havíamos predito: «No momento em que queimarem a ponta dos dedos, estes senhores tornar-se-ão nos piores oportunistas». Essa previsão foi agora integralmente confirmada. Num momento em que no interior do Partido Socialista cresce e se reforça o movimento em favor da milícia, os dirigentes do chamado Partido Comunista correm em busca da mangueira para acalmar o desejo dos operários avançados de se organizarem em colunas de combate. Poder-se-ia imaginar uma actividade mais desmoralizante ou mais nefasta do que esta?

Nas fileiras do Partido Socialista ouve-se frequentemente a seguinte objecção: «Deve-se formar uma milícia, mas não há necessidade nenhuma de andar a anunciá-la aos quatro ventos.» Só podemos felicitar os camaradas que desejam proteger o lado prático da questão de olhos e ouvidos importunos. Mas seria demasiado ingénuo pensar-se que uma milícia se pode criar imperceptível e secretamente dentro de quatro paredes. Necessitamos de dezenas e mais tarde de centenas de milhares de combatentes. Eles só virão se milhões de operários e operárias, e atrás deles, de camponeses, compreenderem a necessidade da milícia e criarem em torno dos voluntários uma atmosfera de ardente simpatia e de apoio activo. Os cuidados conspirativos podem e devem envolver exclusivamente o aspecto *técnico* do problema. A campanha *política* deve ser desdobrada abertamente, em comícios, nas fábricas, nas ruas e nas praças públicas.

Os quadros fundamentais da milícia devem ser os operários fabris agrupados segundo os seus locais de trabalho, conhecidos entre si e capazes de proteger os seus destacamentos de combate contra as provocações de agentes inimigos com muito maior facilidade e segurança do que os burocratas mais elevados. Sem uma mobilização aberta das massas, os estados-maiores conspirativos ficarão, no momento do perigo, impotentemente suspensos no ar. Todas as organizações operárias devem meter mãos à obra. Nesta questão não pode haver qualquer linha de demarca-

ção entre os partidos operários e os sindicatos. Lado a lado, terão que mobilizar as massas. O êxito da milícia popular estará então inteiramente garantido.

«Mas onde é que os operários irão arranjar armas?», objectam os «realistas» sóbrios — isto é, os filisteus assustados — «o inimigo tem espingardas, canhões, tanques, gases e aviõe. Os operários têm poucas centenas de revólveres e de canivetes».

Nesta objecção amontoa-se tudo para assustar os operários. Por um lado, os nossos espertalhões identificam as armas dos fasictas como as armas do Estado. Por outro, voltam-se para o Estado e exigem-lhe que desarme os fascistas. Lógica admirável! De facto, esta posição é falsa em ambos os casos. Em França, os fascistas estão ainda longe de controlar o Estado. Em 6 de Fevereiro envolveram-se num conflito armado com a polícia do Estado. É por isso que é falso falar de canhões e de tanques quando se trata da luta armada *imediata* contra os fascistas. Os fascistas, evidentemente, são mais ricos do que nós. É-lhes mais fácil comprar armas. Mas os operários são mais numerosos, mais resolutos, mais devotados quando estão conscientes da firmeza da sua direcção revolucionária.

Para além de outras fontes, os operários podem-se armar à custa dos fascistas, desarmando-os sistematicamente.

Esta é agora uma das formas de luta mais séria contra o fascismo. Quando os arsenais ope-

rários começarem a encher-se à custa dos depósitos de armas dos fascistas, os bancos e os trusts tornar-se-ão mais prudentes no financiamento do armamento dos seus guardas assassinos. Seria inclusivamente possível neste caso — *mas somente neste caso* — que a autoridades alarmadas começassem realmente a impedir o armamento dos fascistas de forma a não fornecerem uma fonte adicional de armas para os operários. Sabemos desde há muito que só uma táctica revolucionária origina, como subprodutos, «reformas» ou concessões do governo.

Mas como então desarmar os fascistas? É evidentemente impossível fazê-lo unicamente com artigos nos jornais. Têm de ser criados esquadrões de combate. É necessário estabelecer um serviço de informações. Surgirão de todos os lados milhares de informadores e de auxiliares amistosos logo que se aperceberem de que a questão foi seriamente abordada por nós. É necessária uma vontade para a acção proletária.

Mas as armas dos fascistas não constituem naturalmente a única fonte. Há em França mais de um milhão de operários organizados. Falando em termos gerais, é um número reduzido. Mas é inteiramente suficiente para iniciar a organização de uma milícia operária. Se os partidos e sindicatos armassem somente um décimo dos seus membros, isso representaria já uma força de 100 000 homens. Não há qualquer espécie de dúvida de que o número de voluntários que se apresentariam na sequência de um apelo da «Frente

Única» para uma milícia operária, excederia largamente essa cifra. As contribuições dos partidos e sindicatos, as recolhas de fundos e as subscrições voluntárias possibilitariam garantir no espaço de um mês o armamento de 100 000 a 200 000 combatentes operários. A canalha fascista poria imediatamente o rabo entre as pernas. O conjunto das perspectivas de desenvolvimento tornar-se-iam incomparavelmente mais favoráveis.

Invocar a falta de armas ou outras razões objectivas para explicar porque é que ainda não foi feita até agora nenhuma tentativa para criar uma milícia, é iludir-se a si próprio e aos outros. O principal obstáculo — pode mesmo dizer-se, o único obstáculo — tem as suas raízes no carácter conservador e passivo dos dirigentes das organizações operárias. Os cépticos que são os dirigentes não acreditam na força do proletariado. Depositam as suas esperanças em toda a espécie de milagres vindos de cima, em vez de dar um escape revolucionário às energias que palpitam em baixo. Os operários conscientes devem constranger os seus dirigentes a passar imediatamente à criação da milícia operária ou então a dar lugar a forças mais jovens e frescas.

Uma greve é inconcebível sem propaganda e sem agitação. É também inconcebível sem piquetes que, quando podem, fazem uso da persuasão, mas que, quando obrigados, recorrem à força. A greve é a forma mais elementar da luta de classes, que combina sempre, em proporções variáveis, métodos «ideológicos» e métodos físicos.

A luta contra o fascismo é basicamente uma luta política que necessita da milícia tal como uma greve precisa de piquetes. Basicamente, o piquete é o embrião da milícia operária. Os que pensam poder renunciar à luta «física» têm de renunciar a qualquer forma de luta, porque o espírito não vive sem carne.

Seguindo a magnífica frase do grande teorico-militar Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios. Esta definição aplica-se do mesmo modo integralmente à guerra civil. A luta física é simplesmente um «outro meio» de luta política. É inadmissível opôr uma à outra, dado que é impossível conter à vontade a luta política quando ela se transforma, pela força da necessidade interior, em luta física.

O dever do partido revolucionário é o de prever a tempo a inevitabilidade da transformação da luta política em conflito armado declarado, e de se preparar com todas as suas forças para esse momento, tal como o fazem as classes dominantes.

Os destacamentos da milícia para a defesa contra o fascismo são o primeiro passo na senda do armamento do proletariado, e não o último.

ARMAMENTO DO PROLETARIADO E DOS CAMPONESES REVOLUCIONÁRIOS! *

A milícia operária deve, em última análise, conglobar todos os trabalhadores. O cumprimento *integral* deste programa só poderia verificar-se num Estado Operário para cujas mãos passassem todos os meios de produção e consequentemente também todos os meios de destruição, isto é, todas as armas e fábricas que as produzem.

Contudo, é impossível chegar-se a um Estado Operário com as mãos vazias. Só inválidos políticos como Renandel [25] podem falar duma via pacífica, constitucional, para o socialismo. A via constitucional está barrada pelas trincheiras ocupadas pelos bandos fascistas. Não há somente algumas trincheiras à nossa frente. A burguesia não hesitará em recorrer a uma dúzia de golpes de Estado, ajudada pela polícia e pelo exército, para impedir o proletariado de chegar ao poder.

---

* (Para onde vai a França, 1934).

[25] Pierre Renaudel (1871-1935). Anteriormente à I Grande Guerra braço direito do dirigente socialista Jean Jaurès e editor do «L'Humanite». Durante a guerra, social-patriota de direita. Nos anos trinta, ele e Marcel Dêat dirigiram uma tendência revisionista «neo-socialista». Derrobada na votação do Congresso de 1933, esta tendência cindiu do Partido Socialista. Depois dos distúrbios fascistas de 6 de Fevereiro de 1934, a maior parte dos «neos» aderiram ao Partido Radical, o principal partido do capitalismo francês.

Um Estado operário socialista só pode ser criado por uma Revolução vitoriosa.

Qualquer revolução é preparada pela marcha do desenvolvimento económico e político, mas é sempre decidida por conflitos armados declarados entre classes hostis. Uma vitória revolucionária só se tornará possível como resultado de uma longa agitação política, de um demorado período de educação e organização das massas.

Mas o próprio conflito armado tem do mesmo modo de ser preparado com grande antecedência.

Os operários avançados têm de saber que terão que travar e vencer um combate de morte. Têm que arranjar armas, como garantia da sua emancipação.

ÍNDICE

I PARTE

II PARTE

Edições Antídoto

Publicaram:

A Teoria Leninista da Organização, ***Ernest Mandel***

A Questão Parlamentar e a Internacional Comunista, ***Zinoviev, Lenine, Trotsky, Bukarine e Bordiga***

O 25 de Abril e a Revolução Socialista em Portugal e Colónias, ***E. Mandel***

A Agonia do Franquismo e as Tarefas da Revolução Espanhola, ***Resolução do Secretariado Unificado da Quarta Internacional***

A Resposta Operária à Inflação, Desemprego e Emigração, ***E. Mandel, D. Bailey, L. Maitan, C. A. Udry.***

A Revolução Portuguesa numa Encruzilhada, ***Teses do III Congresso do L. C. I.***

Introdução ao Marxismo, ***E. Mandel***

A Revolução Permanente na Rússia, ***Léon Trotsky***

A publicar:

A Revolução Desfigurada, ***Léon Trotsky***

A Quarta Internacional, ***Pierre Frank***

Os Problemas da Guerra Civil, ***Léon Trotsky***